



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

28º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República

PROVA OBJETIVA

Prezado(a) Candidato(a):

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, **este caderno de prova**, que deve conter **120 (cento e vinte) questões** de múltipla escolha, com quatro opções de resposta. **Constatando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página(s), impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do seu caderno de prova.**

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. **PARA SEU MELHOR DESEMPENHO:**

- a) Procure **utilizar bem** o tempo de prova;
- b) **Responda** inicialmente as questões que lhe pareçam **mais fáceis**, deixando, para o final, aquelas que requeiram maior atenção;
- c) **Assinale** a alternativa escolhida **no caderno de prova**;
- d) **Reveja as questões**, conferindo as respostas, **antes** de marcar a folha de resposta;
- e) **Solicite ao fiscal** mais próximo a sua **folha de resposta**, para a transcrição de suas escolhas em definitivo.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTA.

3. **ATENÇÃO! A FOLHA DE RESPOSTA SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA, PORTANTO:**

- a) Marque suas respostas observando o exemplo abaixo e as instruções constantes da folha de resposta;
- b) **Ao transcrever suas opções para a folha de resposta, use somente caneta de tinta indelével esferográfica nas cores azul ou preta;**
- c) **Terminando de transcrever** suas opções, chame o fiscal mais próximo, **devolva-lhe o caderno de prova** utilizado e a **folha de resposta preenchida e assinada**;
- d) Para cada questão, há **uma** única alternativa correta;
- e) **DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR, NA FOLHA DE RESPOSTA, A ALTERNATIVA “E”;**
- f) **A questão deixada sem resposta ou marcada em duplicidade, incluindo ou não a alternativa “E”, equivalerá a errada.**

4. **LEMBRE-SE:**

- a) **QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CORRETA;**
- b) Deixando a questão sem resposta e assinalando a alternativa **“E”**, você não será penalizado;
- c) **A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTA PODERÁ PREJUDICÁ-LO(A).**

Exemplo de preenchimento:

x	A●BOCODOEO
y	AOB●CODOEO
z	AOBOC●DOEO

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E METODOLOGIA JURÍDICA

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITO ELEITORAL

1. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO CORRETOS:

I - O exercício dos direitos fundamentais pode ser facultativo, sujeito, inclusive, a negociação ou mesmo prazo fatal;

II - A proibição de retrocesso é uma proteção contra efeitos retroativos e tem expressa previsão constitucional na proibição de ofensa ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada e ao direito adquirido;

III - Salvo em relação às reservas legais, para que a diminuição na proteção de um direito fundamental seja permitida, é preciso que haja justificativa também de estatura fundamental, que se preserve o núcleo do direito envolvido e que se observe o princípio da proporcionalidade;

IV - Pela teoria interna, o conflito entre direitos fundamentais é meramente aparente, na medida em que é superado pela determinação do verdadeiro conteúdo dos direitos envolvidos.

- a) () I, II e IV
b) () I, III e IV
c) () I e III
d) () I e IV

2. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Para o Supremo Tribunal Federal, o art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho, que determina, em caso de prorrogação do horário normal de trabalho da mulher, a obrigatoriedade de um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário, não foi recepcionado pela atual Constituição, por ofensa ao princípio da igualdade e por gerar ônus excessivo às mulheres;

b) () O STF, por meio do exercício da ponderação de interesses, já permitiu o ingresso de policiais, durante a madrugada, em escritório de advocacia para a instalação de escuta ambiental;

c) () O STF decidiu que mostrar as nádegas em público, em reação às vaias da plateia, não está inserido na liberdade de expressão;

d) () No entendimento do STF, as pessoas jurídicas têm direito a assistência jurídica gratuita, bastando-lhes alegar insuficiência de recursos.

3. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO CORRETOS:

I - O pluralismo político é princípio fundante da ordem constitucional e deve ser compreendido não apenas em sua acepção político-partidária, mas alcançando todas as concepções e ideias que tenham relevância para o comportamento político coletivo;

II - O direito de resposta, apesar de mecanismo voltado à proteção dos direitos de personalidade, é também um instrumento de mídia colaborativa, em que o público é convidado a colaborar com suas próprias versões de fatos e a apresentar seus próprios pontos de vista;

III - Há, na Constituição, um mandado de otimização implícito no princípio do pluralismo político, na vedação de monopólios e oligopólios nos meios de comunicação social, na consagração do direito de acesso à informação e no aspecto participativo da liberdade de expressão que impõe um dever para o Estado de reconhecimento e promoção de fenômenos como as “rádios comunitárias”, cujo papel é dar voz a grupos tradicionalmente alijados do debate público;

IV - As liberdades de expressão e de informação possuem uma dimensão dúplice, apresentando-se simultaneamente como garantias liberais defensivas e como garantias democráticas positivas, razão por que a regulação da imprensa deve preencher as falhas naturais do mercado livre no ramo da comunicação social.

- a) () I e II
b) () I, II e III
c) () I, III e IV
d) () todos estão corretos

4. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () O conceito de “relação especial de sujeição” deve ser entendido como parâmetro interpretativo exclusivo no que diz respeito às restrições de direitos fundamentais dos presos;

b) () Segundo o STF, as pessoas jurídicas de direito público podem ser titulares de direitos fundamentais;

c) () O STF entendeu ser possível a coleta de material biológico da placenta, com o propósito de fazer exame de DNA para averiguar a paternidade do

nascituro, mesmo diante da oposição da mãe, ponderando, dentre outros, o direito à intimidade da presa e o direito à honra e à imagem de policiais federais acusados de seu estupro;

d) () O STF afastou a coisa julgada em ação de investigação de paternidade, considerando que o princípio da segurança jurídica não pode prevalecer em detrimento da dignidade da pessoa humana, sob a perspectiva dos direitos à identidade genética e à personalidade do indivíduo.

5. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO CORRETOS:

I - A interculturalidade significa, em sua forma mais geral, contato e intercâmbio entre culturas em condições de igualdade. Tal contato e intercâmbio não devem ser pensados apenas em termos étnicos, mas também a partir da relação, comunicação e aprendizagem permanente entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores, tradições, lógicas e racionalidades distintas;

II - A multiculturalidade é um termo principalmente descritivo e basicamente se refere à multiplicidade de culturas dentro de um determinado espaço;

III - A essencialização de identidades refere-se a uma tendência de ressaltar diferenças étnicas, de gênero, de orientação sexual, entre outras, como se fossem identidades monolíticas, homogêneas, estáticas e com fronteiras sempre definidas;

IV - A noção de tolerância como eixo do problema multicultural oculta a permanência das desigualdades sociais que não permitem aos diversos grupos relacionar-se equitativamente e participar ativamente na sociedade.

a) () I e III;

b) () I e IV;

c) () I, III e IV;

d) () todos estão corretos.

6. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referência aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias;

b) () A nova Constituição pode afetar ato praticado no passado, no que respeita aos efeitos produzidos a partir de sua vigência, o que significa

dizer que as normas do poder constituinte originário são dotados de eficácia retroativa mínima;

c) () O princípio da identidade ou da não contradição impede que no interior de uma Constituição originária possam surgir normas inconstitucionais, razão por que o STF não conheceu de ADI em que se impugnava dispositivo constitucional que estabelecia a inelegibilidade do analfabeto;

d) () Por força do disposto no art. 125, § 2º, da CF, os Estados não estão legitimados a instituir ação declaratória de constitucionalidade.

7. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () As ações afirmativas têm natureza dúplice, pois se prestam, de um lado, a assegurar igualdade de oportunidades e, de outro, a promover o pluralismo e a diversidade nos ambientes em que se instalam;

b) () Os direitos concedidos aos povos indígenas pela Constituição de 1988 têm em conta as suas respectivas tradições culturais, não alcançando indivíduos e grupos indígenas considerados “aculturados”, ou seja, que perderam a sua cultura autêntica;

c) () A demarcação de terras indígenas deve ser precedida de trabalho antropológico, que revele a organização social e espacial desses grupos, bem como projete o seu crescimento, de modo a assegurar os direitos das gerações futuras;

d) () A despeito de situada no art. 68 do ADCT, a norma ali inscrita tem propósitos permanentes, é de natureza prospectiva e alcança comunidades situadas no presente.

8. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO INCORRETOS:

I - A jurisprudência dos valores, em sua corrente atual, defende a aproximação entre direito e moral, desde que os princípios morais sejam incluídos no ordenamento por uma das fontes jurídicas: a legislação ou a jurisprudência dos tribunais;

II - Para a tópica “pura”, assim considerada a metodologia jurídica de Theodor Viewheg, o sistema é apenas mais um *topos* a ser levado em conta na busca da decisão para o caso concreto;

III - Para a “teoria estruturante”, de Friedrich Müller, é possível o raciocínio orientado para o problema, desde que não ultrapasse o texto da norma;

IV - A “sociedade aberta dos intérpretes da Constituição”, expressão cunhada por Häberle, além

de ser um processo de interpretação que permite ao julgador mais elementos para a tomada de decisões, tem pertinência, em matéria de direitos humanos, pelo fato destes também regerem as relações horizontais entre os indivíduos.

- a) () apenas I;
- b) () apenas IV;
- c) () I e IV;
- d) () I, III e IV.

9. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () Para o pensamento republicano, a liberdade como “não dominação” é o ideal regulador de todas as medidas estatais e decisões políticas, e representa a possibilidade de os cidadãos se motivarem pela ação política exatamente para não sofrerem uma interferência sobre bases arbitrárias;
- b) () O republicanismo contemporâneo aposta na confluência entre diversidade e aparato institucional, de tal modo que o consenso não seja uma construção prévia, mas resultado de ideias conflitantes contrastadas no interior das estruturas republicanas;
- c) () Mecanismos de dispersão e indelegabilidade de poder, império da lei em sentido estrito e democracia formal são requisitos suficientes para a caracterização do Estado republicano contemporâneo;
- d) () O Estado republicano da atualidade convive, permanentemente, com a instabilidade dos conceitos de “público” e “privado”, muito em função de lutas emancipatórias vitoriosas, que trazem para o espaço público questões até então confinadas ao âmbito privado.

10. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () A justaposição entre direitos reprodutivos e sexuais se dá com o propósito de que os direitos sexuais sejam considerados como um subconjunto dos primeiros, validando os processos socialmente construídos que vinculam a heterossexualidade à procriação e ao casamento;
- b) () Não é possível falar-se, na atualidade, em justiça sem uma compreensão integrada de suas dimensões culturais, econômicas e políticas;
- c) () O § 8º do art. 226 da Constituição Federal rompe com a visão instrumental da mulher como garantidora da família;

d) () Apenas uma relação de igualdade permite a autonomia individual, e esta só é possível se se assegura a cada qual sustentar as suas muitas e diferentes concepções do sentido e da finalidade da vida.

11. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA

- a) () A avaliação das petições individuais, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, é feita pela ordem de entrada, admitindo-se a antecipação da avaliação, entre outras hipóteses, por decisão do membro relator na Comissão.
- b) () A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode determinar o arquivamento de petição individual nos casos onde ficar provada a inatividade processual injustificada dos peticionários.
- c) () O Estado requerido pode pedir à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a suspensão do prazo de três meses para que a Comissão encaminhe um caso individual à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- d) () A defesa de não esgotamento dos recursos internos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode ser reapresentada pelo Estado no momento em que o caso individual for apreciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

12. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA

- a) () O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos não prevê, expressamente, a proibição por lei de qualquer apologia do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou a violência.
- b) () A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina que os Estados Partes reconheçam o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
- c) () A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança exige que somente maiores de 18 anos possam participar de conflitos armados e desde que obedecidas as regras do Direito Internacional Humanitário.
- d) () A Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes admite que, em casos excepcionais, a prova obtida como resultado de tortura possa ser usada contra o indivíduo torturado.

13. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () No Caso Escher e Outros vs. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil, mas não aceitou a alegação de violação à liberdade de associação.

b) () No Caso Vélez Loor vs. Panamá, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou que uma política migratória que permita a detenção de migrantes irregulares em locais de detenção penal comum é aceitável, pois tal decisão está incluída na margem de apreciação nacional de cada Estado.

c) () Na Medida Provisória "Complexo Penitenciário de Pedrinhas", a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a pedido dos familiares das vítimas, ordenou que o Brasil assegurasse o direito à vida e integridade física dos detentos do complexo.

d) () Na opinião consultiva n.5/1985, a Corte Interamericana de Direitos Humanos manifestou-se contrária à obrigatoriedade do diploma universitário e da inscrição em ordem profissional para o exercício da profissão de jornalista.

14. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O Conselho de Direitos Humanos da ONU é órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU, composto por 47 Estados, responsável pela gestão do mecanismo de revisão periódica universal, podendo seus membros serem suspensos pela Assembleia Geral da ONU em votação secreta e por maioria absoluta.

b) () A Comissão de Direitos Humanos é órgão do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que tem como missão, entre outras, avaliar os relatórios periódicos encaminhados pelos Estados partes sobre a situação dos direitos protegidos.

c) () As relatorias especiais temáticas do Conselho de Direitos Humanos atuam com independência e liberdade, mas devem contar com a anuência do Estado para realizar visitas ao território nacional, podendo o Estado anuir de modo geral e prévio a tais visitas.

d) () O Comitê de Direitos Humanos é órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU, composto por 47 membros, sendo o principal gestor do mecanismo de revisão periódica universal e dos procedimentos especiais.

15. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a

Mulher permite que os Estados partes e a Comissão Interamericana de Mulheres requeiram parecer consultivo à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a interpretação da Convenção.

b) () Os defensores públicos interamericanos são escolhidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre os advogados habilitados da própria Comissão.

c) () A violação grave da Carta Democrática Interamericana não enseja qualquer sanção jurídica internacional ao Estado faltoso, mas permite a adoção de censura pública pela Assembleia Geral da OEA.

d) () O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil não prevê, expressamente, o dever dos Estados partes de criminalizar atos relacionados à venda de crianças, à pornografia e prostituição infantis.

16. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () As resoluções do Conselho de Segurança da ONU referentes à proteção de direitos humanos são sujeitas a recurso ao Conselho de Direitos Humanos e, eventualmente, podem ser questionadas perante a Corte Internacional de Justiça.

b) () O Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais prevê que todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional. Em caso algum, poderá um povo ser privado de seus próprios meios de subsistência.

c) () A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada um marco na proteção internacional dos direitos humanos, mas contém tão somente direitos civis e políticos, também chamados direitos de primeira geração.

d) () Os "Princípios de Paris" consistem em regras internacionais de composição e conduta autônoma que as instituições nacionais de direitos humanos dos Estados devem observar para que sejam credenciadas como organizações não governamentais perante o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos.

17. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O Comitê pela eliminação de toda forma de discriminação racial pode apreciar petição de um Estado parte em face de conduta de outro

Estado parte, não sendo necessário o esgotamento prévio dos recursos internos, devido a peculiaridades das demandas interestaduais.

b) () O Conselho Nacional de Direitos Humanos brasileiro, composto por membros do Poder Público e representantes da sociedade civil, pode impor sanções de censura, advertência e ainda determinar o afastamento preventivo de cargo ou emprego público de indivíduos violadores de direitos humanos.

c) () Não é cabível a intervenção de *amicus curiae* no processamento de incidente de deslocamento de competência, pela ausência de interesses privados e pelo caráter federativo do procedimento.

d) () De acordo com a evolução organizacional do regime internacional de proteção dos direitos humanos, o sistema europeu de direitos humanos passou a prever, a partir do Protocolo n. 14, a possibilidade de adesão da União Europeia como parte da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

18. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () O posto de Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos foi criado por meio da Resolução 48/141 da Assembleia Geral da ONU, de 20 de dezembro de 1993, objetivando focar os esforços e incrementar as atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, com o poder de impor sanções a Estados violadores contumazes de direitos humanos.

b) () De acordo com o princípio da interpretação autônoma, os tratados de direitos humanos podem possuir sentidos próprios, distintos dos sentidos a eles atribuídos pelo direito interno, para dotar de maior efetividade as normas internacionais de direitos humanos.

c) () De acordo com o estágio atual do Direito Internacional dos Direitos Humanos, os indivíduos têm acesso a determinadas instâncias internacionais de supervisão e controle das obrigações assumidas pelos Estados, mas devem cumprir requisitos previstos para cada um desses processos internacionais de direitos humanos.

d) () Conforme o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o uso da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho como auxílio de interpretação para dimensionar as obrigações de Estado perante a Convenção Americana de Direitos Humanos independe da ratificação da Convenção n. 169 pelo Estado em questão.

19. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos admite, nos processos de redemocratização ocorridos na América Latina nas últimas décadas, a anistia total nos casos de graves violações de direitos humanos realizadas pelos agentes da ditadura militar, desde que tal anistia seja fruto de um acordo entre o regime militar e a oposição.

b) () O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê que qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade.

c) () A Convenção Americana de Direitos Humanos proíbe que seja imposta a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de vinte e um anos ou maior de setenta.

d) () O terceiro protocolo à Convenção da ONU para os Direitos das Crianças, que entrou em vigor em 2014, não prevê mecanismo de petição individual ao Comitê para os Direitos da Criança.

20. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () O Protocolo facultativo à Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência prevê que seu Comitê considerará inadmissível a comunicação de vítima sobre violação de direitos previstos na Convenção quando a comunicação for anônima ou quando a mesma matéria já tenha sido examinada pelo Comitê ou tenha sido ou estiver sendo examinada sob outro procedimento de investigação ou resolução internacional, entre outros motivos de inadmissibilidade.

b) () A Convenção Americana de Direitos Humanos dispõe que os Estados partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura.

c) () De acordo com o Protocolo de San Salvador, caso os direitos sindicais, o direito de greve e o direito à educação fundamental forem violados por ação imputável a Estado Parte do Protocolo, é possível a utilização do mecanismo de petições individuais à Comissão Interamericana de Direitos Humanos previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

d) () O Comitê pela eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher já apreciou petição individual contra o Brasil, tendo recomendado ao Estado que, além de indenizar a família da vítima, também assegure o direito das mulheres à maternidade segura e o acesso à assistência médica emergencial adequada.

21. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL PROPÔS AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL EM QUE IMPUTOU PRÁTICA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO A CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL, NAS ELEIÇÕES DE 2014. JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL,

a) () caberá recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral, porque não houve cassação do registro ou do diploma; negado seguimento ao recurso, caberá agravo para o Tribunal Superior Eleitoral;

b) () cabe recurso ordinário, mas o presidente do tribunal de origem deverá exercer o juízo de admissibilidade, caso em que, negado seguimento ao recurso, caberá agravo para o Tribunal Superior Eleitoral;

c) () cabe recurso ordinário, mas o presidente do tribunal de origem deverá encaminhar diretamente o recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, sem exercer juízo de admissibilidade;

d) () nenhuma das respostas anteriores.

22. NAS ELEIÇÕES DE 2012, PREFEITO DE CERTO MUNICÍPIO FOI CONDENADO POR CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO, PORQUE REALIZOU PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DENTRO DO PERÍODO DE TRÊS MESES ANTERIORES À DATA DO PLEITO. NESTE CASO:

a) () A condenação implicará, cumulativamente, a aplicação de multa e cassação do registro ou do diploma e, por incidência da Lei Complementar 64/1990, com redação da Lei Complementar 135/2010, o juiz deve declarar na sentença que o prefeito ficará inelegível por oito anos;

b) () A condenação poderá se limitar à aplicação de multa, quando a cassação do registro ou do diploma se revele desproporcional à infração cometida, incidindo, porém, a inelegibilidade prevista na Lei Complementar 64/1990, com redação da Lei Complementar 135/2010;

c) () O processamento da representação por conduta vedada segue o rito do art. 22 da Lei Complementar 64/1990, razão por que só poderá o

prefeito ser condenado, caso se comprove a potencialidade lesiva da conduta;

d) () O prefeito poderá ser condenado apenas à sanção de multa e, nessa hipótese, não haverá qualquer repercussão sobre sua elegibilidade.

23. PROFESSOR QUE CONCORREU A VEREADOR NO ANO DE 2012, NO MÊS DE MAIO DA ELEIÇÃO, REALIZA REUNIÃO COM SEUS ALUNOS DO ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO E LHES PROMETE FINANCIAR A FORMATURA, DESDE QUE LHE DÊEM O VOTO. A CONDUTA DO PROFESSOR CARACTERIZA:

a) () Crime de corrupção eleitoral e captação ilícita de sufrágio;

b) () Captação ilícita de sufrágio, sem prejuízo de configurar abuso de poder econômico;

c) () Crime de corrupção eleitoral;

d) () Captação ilícita de sufrágio.

24. O DEPUTADO FEDERAL JOÃO DA SILVA, ELEITO PELO PARTIDO PPA, ASSUMIU O CARGO NA LEGISLATURA QUE TEVE INÍCIO NO ANO DE 2011. EM 2012, ELE SE MUDOU PARA O PARTIDO PPB, RECÉM CRIADO, CUJO ESTATUTO HAVIA SIDO REGISTRADO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL VINTE E CINCO DIAS ANTES DA MIGRAÇÃO DO PARLAMENTAR. O PARTIDO PPA PROPÔS AÇÃO PERANTE O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, PLEITEANDO A CASSAÇÃO DO MANDATO DO PARLAMENTAR SOB O FUNDAMENTO DE QUE INCORREU EM INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. TEM-SE QUE:

a) () A ação foi ajuizada corretamente, mas não é o caso de cassação de mandato;

b) () É caso de cassação de mandato, mas o Tribunal Superior Eleitoral é incompetente para julgar a causa;

c) () A competência é do Tribunal Superior Eleitoral e a mudança de partido, na hipótese, implica a cassação do mandato do parlamentar;

d) () A competência é do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, mas não é o caso de cassação de mandato.

25. DECISÃO DE TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL QUE ANULA O PROCESSO A PARTIR DE DETERMINADO VÍCIO CONSTATADO NA TRAMITAÇÃO DO FEITO PERANTE O JUÍZO

ELEITORAL, DETERMINANDO A BAIXA DOS AUTOS PARA CORREÇÃO E PROSSEGUIMENTO

- a) () admite recurso ordinário;
- b) () admite recurso extraordinário;
- c) () admite agravo;
- d) () não admite recurso especial;

26. O CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL QUE, AO LONGO DA CAMPANHA, PRATICOU CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, EM SENDO ELEITO, SERÁ, EM MATÉRIA CRIMINAL, PROCESSADO E JULGADO POR ESSA PRÁTICA

- a) () no juízo eleitoral, por não se aplicar, no ambiente eleitoral, a competência por prerrogativa de função;
- b) () no Tribunal Regional Eleitoral do Estado onde ocorreu o registro da candidatura;
- c) () no Tribunal Superior Eleitoral;
- d) () no Supremo Tribunal Federal.

27. CONDENAÇÃO À SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS EM RAZÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR OFENSA A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL,

- a) () implica inelegibilidade por oito anos;
- b) () não gera inelegibilidade, por não se tratar de hipótese de lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito;
- c) () não gera, por si mesma, a inelegibilidade, que pode, todavia, ser apurada em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo;
- d) () gerará inelegibilidade se houver expressa menção na decisão condenatória.

28. REJEITADAS AS CONTAS DE CANDIDATO MAJORITÁRIO POR IRREGULARIDADES GRAVES,

- a) () ele não poderá ser diplomado;
- b) () a diplomação ficará suspensa até que as omissões na prestação de contas sejam supridas;
- c) () ser-lhe-á aplicada multa proporcional ao importe das irregularidades;

- d) () não haverá aplicação de qualquer medida ou sanção, exceto eventual proposição de representação do artigo 30-A da Lei 9.504/1997.

29. A LEI ELEITORAL PERMITE DOAÇÃO ELEITORAL DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS A CANDIDATOS

- a) () de acordo com valores máximos fixos, independentemente do cargo pretendido pelo donatário;
- b) () de acordo com limites percentuais baseados no faturamento bruto (pessoas jurídicas) ou nos rendimentos (pessoas físicas);
- c) () de acordo com limites máximos de gastos eleitorais fixados por lei complementar;
- d) () desde que tenha sido deferido, por decisão definitiva, o pedido de registro da candidatura.

30. O FUNDO PARTIDÁRIO É COMPOSTO POR

- a) () recursos exclusivamente públicos, vindos do Tesouro Nacional;
- b) () recursos públicos e privados, excluídas multas e penalidades aplicadas pela Justiça Eleitoral;
- c) () doações privadas e multas e penalidades aplicadas pela Justiça Eleitoral;
- d) () recursos públicos, doações privadas, multas e penalidades aplicadas pela Justiça Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

31. UM LEVANTAMENTO REALIZADO POR PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM UM DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS CONSTATOU QUE, NOS ÚLTIMOS OITO ANOS, NAS CONDENAÇÕES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/1992), NÃO HAVIA SIDO APLICADA A SANÇÃO DE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.

Veja as seguintes afirmações e, ao final, assinale a alternativa certa:

I - As sanções previstas na Lei 8.429/1992 não precisam ser aplicadas cumulativamente, todas elas, cabendo ao juiz ou tribunal escolher quais aplicar.

II - A suspensão de direitos políticos prevista na Lei 8.429/1992 corresponde apenas às condutas dolosas.

III - Nem toda condenação por improbidade administrativa acarreta inelegibilidade.

IV - Improbidade administrativa, assim como crime de responsabilidade, estão previstos em situações de descumprimento a preceitos de responsabilidade fiscal (Lei Complementar 101/2000).

- a) () Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- b) () Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- c) () Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- d) () Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.

32. QUAL ALTERNATIVA CONTÉM SITUAÇÕES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO?

(a) () 1. a Administração Pública adquiriu, pelo preço do dia, frutas para merenda escolar, no tempo necessário para a realização do processo licitatório correspondente; 2. houve necessidade de a Administração Pública estadual regular preços extorsivos.

b) () 1. a Administração Pública municipal, para promover a cultura popular, contratou com empresário exclusivo de consagrado repentista uma apresentação em praça pública; 2. a Administração Pública Federal contratou serviços técnicos especializados para a área de inteligência, quando a revelação da localização, necessidade, característica do objeto, especificação ou quantidade poderia colocar em risco objetivos da segurança nacional,

tendo sido consultado o Conselho de Defesa Nacional.

c) () 1. a Administração Pública Federal contratou a Telebrás para os serviços de telecomunicação necessários para a realização das competições da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014; 2. um museu público contratou o restauro de uma peça histórica certificada como autêntica.

d) () 1. a Administração Pública municipal contratou auditor financeiro de notória especialização para um serviço de natureza singular; 2. a Administração Pública municipal comprou equipamento fornecido exclusivamente por determinada empresa, conforme certificado pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação.

33. A EMPRESA PRIVADA BRASILEIRA FALKATRU S/A, QUE TEM NEGÓCIOS NO EXTERIOR, ENVOLVEU-SE EM CORRUPÇÃO, APESAR DE APLICAR EFETIVAMENTE UM RIGOROSO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA, E DE HAVER INSTITUÍDO PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE, QUE INCENTIVAM A DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES, ALÉM DE SUBMETER-SE A AUDITORIAS PERIÓDICAS. A EMPRESA, INTERESSADA EM VENDER SEU PRINCIPAL PRODUTO AO GOVERNO DE OUTRO PAÍS, ENVIOU UM REPRESENTANTE PARA OFERECER PROPINA A SERVIDORES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL QUE LÁ DESEMPENHAVAM SUAS FUNÇÕES, A FIM DE QUE INFLUENCIASSEM AS AUTORIDADES LOCAIS A FRAUDAR A LICITAÇÃO PARA A COMPRA DO PRODUTO. O REPRESENTANTE TAMBÉM ESTAVA INSTRUÍDO A OFERECER DINHEIRO DIRETAMENTE ÀS AUTORIDADES LOCAIS. DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA, ANALISE AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES:

I - Caso fique comprovado o indevido pagamento pela empresa, mas não se consiga provar a identidade ou a participação da pessoa suspeita de atuar como representante, não será possível a responsabilização administrativa da empresa.

II - A lei brasileira anticorrupção aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira, ainda que cometidos no exterior, desde que seja contra a administração pública brasileira.

III - O Ministério Público deve valer-se de ação civil pública para obter a responsabilização na via

administrativa pelos atos lesivos, nos termos da lei brasileira anticorrupção.

IV - Se o acordo de leniência for frustrado e restar comprovada a corrupção, é irrelevante, para a responsabilização administrativa da empresa, a existência do código de ética, dos procedimentos internos de integridade e das auditorias.

Assinale a alternativa certa:

- a) () estão corretas apenas as afirmativas I e III.
- b) () estão corretas apenas as afirmativas II e III.
- c) () estão corretas apenas as afirmativas II e IV.
- d) () Nenhuma afirmativa está correta.

34. É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () são autarquias especiais as agências reguladoras independentes, as agências de fomento e as universidades.
- b) () a OAB é uma autarquia especial, de onde a exigência de concurso público para a admissão dos contratados sob o regime trabalhista, segundo o STF.
- c) () a autonomia das autarquias projeta-se no plano financeiro, vedada a transferência de recursos do orçamento do ente que a instituiu.
- d) () o Conselho Federal de Medicina exerce poder de polícia.

35. IDENTIFICADA E RECONHECIDA A ÁREA TRADICIONALMENTE OCUPADA POR UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA, VERIFICA-SE QUE PARTE DA ÁREA COMPREENDE IMÓVEIS REGISTRADOS EM NOME DE PARTICULARES.

Qual das afirmativas é correta:

- a) () São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto o domínio das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais.
- b) () A identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da terra ocupada pelos remanescentes da comunidade quilombola cabem, em âmbito federal, à Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.
- c) () A inscrição cadastral e a expedição de certidão dos remanescentes dessa comunidade como quilombolas cabem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- d) () O procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação

da propriedade definitiva da área prevê que inclusive para a medição das terras sejam levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos próprios remanescentes da comunidade.

36. QUAL A ALTERNATIVA QUE CORRESPONDE AO PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E NÃO AO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL:

- a) () A falta de certeza científica quanto à provocação de dano ambiental sério ou irreversível por uma atividade indica que esta deve ser controlada, restringida ou proibida.
- b) () O dano ambiental conhecido ou provável deve ser corrigido ou evitado na origem, tratando-se desde logo suas causas.
- c) () A ausência de certeza científica quanto à possibilidade de dano ambiental não é suficiente para afastar a exigência de medidas para evitá-lo ou restringi-lo.
- d) () É ao responsável pelo empreendimento que cabe demonstrar com antecedência e razoável segurança científica que a atividade não provocará dano ambiental insuportável.

37. LEI ESTADUAL CONFERIA A PROTEÇÃO, GUARDA E RESPONSABILIDADE PELOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E SEUS ACERVOS AOS MUNICÍPIOS EM QUE SE LOCALIZASSEM.

- a) () Essa lei foi declarada inconstitucional porque a competência comum para proteger os sítios arqueológicos não pode ser afastada do Estado e da União.
- b) () Essa lei foi declarada inconstitucional porque a competência legislativa sobre responsabilidade por dano a bens de valor histórico e paisagístico é privativa da União.
- c) () Essa lei foi considerada constitucional porque o Estado possui competência legislativa suplementar exclusiva para cuidar da proteção ao patrimônio histórico-cultural.
- d) () Essa lei foi considerada constitucional porque se trata de competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.

38. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA A PROPÓSITO DE RECURSOS HÍDRICOS, AQUICULTURA E PESCA:

- a) () Num quadro de escassez de água, a prioridade de seu uso obedece à seguinte ordem:

consumo humano, dessedentação de animais e uso industrial.

b) () A clássica inalienabilidade das águas ficou superada em face da limitação dos recursos hídricos e de sua sujeição à outorga.

c) () Embora limitado e com seu uso sujeito a outorga, a água é um recurso inalienável, insuscetível de valoração econômica.

d) () O desenvolvimento sustentável rege a utilização da água, mas não das atividades econômicas da pesca e da aquicultura.

39. QUAL DAS ALTERNATIVAS ABAIXO É CORRETA?

a) () Consórcios públicos são instrumentos de desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas.

b) () O direito de superfície de terreno urbano não abrange o direito de utilizar o subsolo.

c) () Terras tradicionalmente ocupadas por índios situadas em município podem estar sujeitas ao IPTU.

d) () À União não cabe promover programas de construção de moradias urbanas.

40. ATENTE PARA AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES RELACIONADAS À AUDIÊNCIA PÚBLICA:

I - As audiências públicas são uma forma de assegurar a participação popular na condução dos interesses públicos, ainda que as deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações nela emitidas não sejam vinculantes para o Ministério Público.

II - Quando a realização de audiência pública referente ao estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório for requerida pelo Ministério Público, a rejeição precisa ser devidamente fundamentada.

III - O Ministério Público poderá receber auxílio de entidades públicas para custear a realização de audiências públicas, mediante termo de cooperação ou procedimento específico, com a devida prestação de contas.

IV - Audiências públicas correspondem ao princípio republicano, inclusive porque buscam a adoção da melhor alternativa, e ao princípio democrático, pois permitem a participação popular.

V - Estão previstas audiências públicas em âmbito municipal em relação à implantação de empreendimentos com efeitos potencialmente

negativos sobre o meio ambiente natural ou construído.

Assinale a alternativa certa:

a) () Corretas estão apenas as afirmações I, II, III e IV.

b) () Corretas estão apenas as afirmações I, II e V.

c) () Corretas estão apenas as afirmações III, IV e V.

d) () Corretas estão apenas as afirmações I, III, IV e V.

41. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE RECEBIMENTO, EM ATRASO, DE DIFERENÇA VENCIMENTAL DECORRENTE DE DISCUSSÃO JUDICIAL EM TORNO DO PRÓPRIO DIREITO AO PAGAMENTO. DITO ISTO, É CERTO AFIRMAR QUE:

a) () O imposto de renda deve ser apurado consoante o regime de competência, sob pena de violação dos princípios da legalidade, da isonomia e da capacidade contributiva;

b) () É lícito à Fazenda Nacional reter o imposto de renda sobre o valor integral, eis que o fato gerador surge com a disponibilidade do recebimento da verba atrasada;

c) () A incidência de imposto de renda sobre verbas recebidas cumuladamente deve observar o regime de caixa, à vista dos rendimentos efetivamente percebidos;

d) () A retenção, pela Fazenda Nacional, do imposto de renda de forma integral somente tem cabimento sobre a parcela dos juros moratórios, que são calculados a final.

42. LEI ESTADUAL ESTABELECE PROGRESSIVIDADE DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS (ITCMD). NESTE CASO, SEGUNDO O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

a) () É incabível a progressividade de alíquotas porquanto é restrita aos tributos taxativamente elencados na vigente Constituição Federal;

b) () A progressividade prevista na cobrança viola o princípio da capacidade contributiva;

c) () É cabível a cobrança do referido imposto de forma progressiva com vistas a assegurar a aferição da capacidade econômica do contribuinte;

d) () A progressividade na cobrança do imposto infringe o constitucional princípio da igualdade material tributária.

43. O ICMS INCIDENTE NA AQUISIÇÃO DECORRENTE DE OPERAÇÃO INTERESTADUAL E POR MEIO NÃO PRESENCIAL (INTERNET, TELEMARKETING, SHOWROOM) POR CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO TRIBUTO:

a) () Pode ter regime jurídico fixado por Estados-membros não favorecidos, se previsto em Protocolos adotados para regulamentar a prestação de assistência mútua no campo da fiscalização do tributo e permuta de informações, nos termos do art. 199 do Código Tributário Nacional;

b) () Tem sua cobrança sujeita, no caso de consumidor final não contribuinte do tributo, à alíquota interna da unidade federada de origem, sob pena de ocorrência de bitributação;

c) () Em nenhuma hipótese a aplicação da alíquota interestadual é cabível quando presente sujeito passivo da relação tributária, que se afigura como consumidor final;

d) () Os Estados-membros, diante de um cenário que lhes seja desfavorável, detêm competência constitucional para instituir novas regras de cobrança de ICMS, sem confronto com o princípio da repartição constitucional estabelecida.

44. ASSINALE, DENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, AQUELA CONSIDERADA CORRETA:

a) () A imunidade do IPTU deferida às autarquias goza da presunção de que os imóveis se destinam aos seus fins institucionais;

b) () A contribuição destinada ao custeio do serviço de iluminação pública consiste num tributo que, embora *sui generis*, confunde-se com um imposto pelo seu caráter impositivo;

c) () A contribuição destinada ao custeio do serviço de iluminação pública caracteriza-se como taxa eis que presente a exigibilidade da contraprestação de um serviço ao contribuinte;

d) () Em nenhuma hipótese incide o ICMS sobre operações de importação de mercadorias, sob o regime de arrendamento mercantil internacional.

45. DISPÕE O ART. 149, § 2º, INC. I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

“ART. 149

(...)

§ 2º - AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO DE QUE TRATA O CAPUT DESTES ARTIGOS:

I – NÃO INCIDIRÃO SOBRE AS RECEITAS DECORRENTES DE EXPORTAÇÃO.”

Ante este texto, é exato afirmar no tocante às Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e Programa de Integração Social-PIS:

a) () A expressão contida nos dispositivos da Lei Magna referidos “receitas decorrentes de exportação” não autorizaria interpretação extensiva em ordem a alcançar receita decorrente de variação cambial positiva em operação de exportação;

b) () A imunidade prevista no art. 149, § 2º, inc. I, retrotranscritos, somente tutela as receitas decorrentes das operações de exportação de forma a não abranger o lucro das empresas exportadoras, isso porque se trata de imunidade objetiva;

c) () A imunidade de que tratam os preceitos constitucionais referidos ampara as empresas exportadoras no que se refere ao seu lucro, à vista de se tratar de imunidade subjetiva;

d) () Na cláusula “receitas decorrentes de exportação” inserem-se receitas das variações cambiais ativas de sorte a suprimir o alcance da competência impositiva federal.

46. INDIQUE A OPÇÃO CONSIDERADA EXATA:

a) () Para assegurar o controle orçamentário, a Lei Magna adota mecanismos de rigorosa fiscalização cuja atuação obedecerá estritamente aos princípios da legalidade e da economicidade;

b) () Somente a União e as entidades da administração direta e indireta, no âmbito federal, se submetem aos atos fiscalizatórios;

c) () O que caracteriza o sistema de controle interno é o princípio da hierarquia que impõe às autoridades superiores o dever de exercer controle sobre os atos de seus subalternos, encampando ou revendo os atos por eles praticados, notadamente em tema de execução orçamentária;

d) () A Carta da República prevê apenas os mecanismos de controle interno e de controle externo.

47. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () O desvio na realização de gastos públicos costuma ocorrer mediante, dentre outros expedientes, contingenciamento de despesas;
- b) () Constitui princípio absoluto previsto no Estatuto Político Fundamental a não vinculação de receita de impostos;
- c) () O princípio da responsabilidade na gestão fiscal proíbe, em qualquer hipótese, renúncia tributária;
- d) () A instituição de fundos, à vista da circunstância de emergência, pode ocorrer por intermédio de lei ordinária.

48. INDIQUE A OPÇÃO CORRETA:

- a) () A base de cálculo do Imposto Territorial Rural – ITR é o valor da terra nua tributável, que é o valor do imóvel excluídos os valores relativos a construções, instalações e benfeitorias, culturas permanentes e temporárias, pastagens e florestas plantadas;
- b) () A tributação do lucro líquido de uma empresa pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, instituída pela União Federal, configura dupla imposição vedada porque decorrente do mesmo fato gerador;
- c) () Estabelecimento prestador de serviços está situado em determinado município, mas a efetiva prestação do serviço ocorre em outro município, e ambos se consideram competentes para a cobrança do ISS. Nesse quadro, exsurge um conflito aparente de competência, que se resolve com a interferência do Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ.
- d) () O art. 150, IV, da Constituição Federal estabelece o não confisco como princípio a ser aplicado aos tributos, vale dizer, a restrição não se aplica às multas tributárias.

49. ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:

- a) () O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- b) () Ao Tribunal de Contas do Estado compete, ao apreciar as contas anuais prestadas pela respectiva Assembleia Legislativa, a função meramente opinativa sem o poder de julgá-las;
- c) () O Tribunal de Contas da União (art. 71, II, CF), ao julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta exerce

jurisdição de sentido definitivo, isto é, decide conclusivamente, descabendo ao Poder Judiciário rejudgá-las uma vez assegurada a ampla defesa;

- d) () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, por seu turno, o Ministério Público, cada deles prestará contas anuais ao Tribunal de Contas, que emitirá parecer.

50. APONTE A OPÇÃO VERDADEIRA:

- a) () A obrigação tributária acessória é instituída mediante lei ou ato normativo de igual hierarquia à vista do princípio constitucional de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (CF, art. 5º, II);
- b) () O fato gerador de um tributo deve recair necessariamente sobre uma das tradicionais bases econômicas de tributação, tais como renda, patrimônio e consumo;
- c) () São tributos lançados por declaração: no âmbito federal, Imposto de Importação sobre Bagagem Acompanhada e, no plano municipal, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI;
- d) () Tributo cujo lançamento se dá por homologação, com o seu pagamento, a extinção definitiva do crédito tributário fica submetida à condição suspensiva.

51. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () O Comitê Internacional da Cruz Vermelha pode exercer, entre outras funções, a de auxiliar a supervisão e a execução das normas de direito internacional humanitário em conflitos armados internacionais, mas não pode ingressar no território no qual haja hostilidades sem a autorização dos Estados envolvidos.
- b) () Se sobrevier uma nova norma imperativa de Direito Internacional, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma só será cumprido até o final de sua vigência, não podendo ser prorrogado ou renovado.
- c) () O costume internacional e as resoluções vinculantes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas são incorporados internamente no direito brasileiro por intermédio de decreto presidencial.
- d) () As obrigações *erga omnes* foram previstas expressamente no estatuto da Corte Internacional de Justiça, porém não autorizam o início de processo naquele tribunal contra determinado Estado que as tenha descumprido.

52. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA.

a) () Os cônsules não podem ser obrigados a depor sobre fatos relacionados com o exercício de suas funções, nem a exibir correspondência e documentos oficiais que a elas se refiram.

b) () De acordo com acordo vigente celebrado pelo Brasil e a Santa Sé, o casamento celebrado em conformidade com as leis canônicas, que atender também às exigências estabelecidas pelo direito brasileiro para contrair o casamento, produz os efeitos civis, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.

c) () A Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado exige que os Estados partes estabeleçam, internamente, o crime de desaparecimento forçado, tornando-o sempre imprescritível.

d) () Compete ao Plenário do Supremo Tribunal Federal decidir, administrativamente, sobre o encaminhamento de solicitação de opinião consultiva ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, mediante prévio e necessário juízo de admissibilidade do pedido e sua pertinência processual a ser relatado pelo próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal.

53. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro dispõe que a lei que regerá as ações de alimentos e qualquer questão conexa será a do Estado do demandado, inclusive em matéria de direito internacional privado.

b) () A Convenção da Haia sobre Acesso Internacional à Justiça prevê que os nacionais ou domiciliados em um Estado têm o direito de receber assistência jurídica em processos judiciais de natureza cível ou penal em outro Estado, na mesma condição que receberiam caso fossem nacionais ou domiciliados daquele Estado.

c) () A Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças determina que somente Autoridade Central de Estado parte pode provocar a Autoridade Central do Estado para o qual a criança tenha sido transferida ou retirada em violação a um direito de guarda, para que se assegure o retorno da criança.

d) () O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa do Mercosul exclui, expressamente, a possibilidade de sua aplicação a sentenças em matéria de reparação de danos e restituição de bens pronunciadas na esfera penal.

54. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para qualificar os bens imóveis e regular as relações a eles concernentes, utiliza-se a lei do domicílio do proprietário.

b) () A Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado prevê que as questões prévias, preliminares ou incidentes que surjam em decorrência de uma questão principal não devem necessariamente ser resolvidas de acordo com a lei que regula esta última.

c) () De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, admite-se o reenvio até o segundo grau, salvo se o direito estrangeiro escolhido pelo reenvio for contrário à ordem pública doméstica.

d) () Conforme o Código Bustamante (Convenção de Direito Internacional Privado, 1928), a lei de regência do estatuto pessoal é a lei do domicílio da pessoa física, sem exceção.

55. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () O rompimento ou a ausência de relações diplomáticas ou consulares entre dois ou mais Estados não obsta a conclusão de tratados entre os referidos Estados, porém a conclusão de tal tratado, por si, não produz efeitos sobre as relações diplomáticas ou consulares.

b) () De acordo com o Tratado Americano de Soluções de Controvérsias (Pacto de Bogotá), os Estados partes não podem acionar, de nenhum modo, a Corte Internacional de Justiça para solucionar controvérsias envolvendo a natureza ou extensão da reparação a ser feita em virtude do desrespeito a uma obrigação internacional.

c) () De acordo com a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, as partes de um tratado são obrigadas a eliminar, na medida do possível, as consequências de qualquer ato praticado com base em uma disposição que esteja em conflito com uma norma imperativa de Direito Internacional geral.

d) () A Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas permite que um Estado contratante expulse, por motivo de segurança nacional ou de ordem pública, um apátrida que se encontre regularmente em seu território.

56. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Conforme a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, o Estado sentenciador conservará sua plena

jurisdição para a revisão das sentenças proferidas por seus tribunais, mas cabe ao Estado receptor do indivíduo transferido a faculdade de conceder indulto, anistia ou perdão à pessoa sentenciada.

b) () O acordo de extradição do Mercosul não prevê a denegação da extradição por delitos políticos, em virtude do paradigma da confiança que deve imperar na cooperação jurídica internacional em blocos de integração econômica.

c) () De acordo com a jurisprudência atual da Corte Europeia de Direitos Humanos em matéria de extradição, não se exige que um Estado Parte da Convenção Europeia de Direitos Humanos leve em consideração o risco de violação grave de direitos humanos do extraditando pelo Estado Requerente que não seja parte da Convenção, uma vez que os direitos protegidos na Convenção Europeia de Direitos Humanos não vinculam Estados terceiros.

d) () De acordo com o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, a assistência será prestada ainda que o fato sujeito a inquérito, investigação ou ação penal não seja punível na legislação de ambos os Estados.

57. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O acesso a recursos genéticos existente em um determinado Estado é previsto na Convenção da Diversidade Biológica como patrimônio comum ambiental da humanidade, sujeito à fiscalização e registro na Conferência de Estados Partes da citada Convenção.

b) () De acordo com a teoria geral da responsabilidade internacional, o Estado lesado pelo descumprimento prévio de obrigação internacional tem inteira discricionariedade para impor o conteúdo de sanções unilaterais, não devendo obediência, em nome de sua soberania, a nenhum limite ou restrição.

c) () O pedido de revisão de uma sentença da Corte Internacional de Justiça só poderá ser feito em razão do descobrimento de algum fato novo suscetível de exercer influência decisiva na decisão, a critério da Corte, desde que o pedido seja feito no prazo máximo de 15 anos a partir do descobrimento do fato novo pelo Estado requerente.

d) () De acordo com a lei brasileira sobre refúgio, os efeitos da condição de refugiado serão extensivos a todos os membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

58. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A proteção diplomática pode ser concedida a indivíduo polipátrida que ostenta a nacionalidade do pretense Estado ofensor.

b) () O diplomata, de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, pode renunciar à própria inviolabilidade, uma vez que se trata de direito personalíssimo outorgado pelo Direito Internacional.

c) () Cabe ao Estado asilante a classificação da natureza do delito ou dos motivos da perseguição para a finalidade de concessão do asilo diplomático, de acordo com a Convenção sobre Asilo Diplomático, de 1954.

d) () De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, o Brasil não pode exercer jurisdição penal em navio mercantil estrangeiro que realize passagem inocente pelo mar territorial, mesmo que seja para fim de repressão do tráfico ilícito de estupefacientes.

59. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A jurisdição universal dos Estados não é mais aceita pelo Direito Internacional, após a criação de tribunais internacionais nas mais diversas áreas.

b) () De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, o ato de naturalização de estrangeiro como brasileiro somente pode ser anulado por via judicial, e não por ato administrativo.

c) () O auxílio direto consiste em espécie cooperacional na qual o juiz do Estado Requerido é provocado a proferir decisão sujeita somente a juízo de delibação e não a juízo de cognição plena.

d) () O reconhecimento de um novo Estado por todos os demais Estados já existentes na comunidade internacional é requisito indispensável para que o novo Estado possa exercer direitos no plano internacional.

60. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () A Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio impede a consideração do genocídio como crime político para fins de extradição.

b) () O Direito Internacional Humanitário é aplicável aos conflitos armados nos quais os povos lutam contra a dominação colonial, a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas.

c) () Não cabe a Estado Parte do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) executar, de acordo com seu ordenamento interno, decisão do TPI

que estabeleceu pena de perda de bens de determinado indivíduo.

d) () A interpretação do direito estrangeiro pelo juiz nacional deve ser feita tal como o fariam os juizes do Estado cujo direito seja aplicável.

GRUPO III
DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR
DIREITO CIVIL
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. CONSIDERANDO A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA LEGISLAR E OS PRINCÍPIOS DE DIREITO ECONÔMICO E DO CONSUMIDOR, ANALISE AS HIPÓTESES ABAIXO E MARQUE A CORRETA:

- a) () É constitucional lei estadual que proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento sem prévio comunicado ao usuário.
- b) () É inconstitucional lei estadual que fixa o tempo máximo de espera na fila de banco.
- c) () É inconstitucional lei estadual que permite a comercialização de artigos de conveniência em farmácias e drogarias.
- d) () É constitucional lei estadual que trata da comercialização de produtos em recipientes ou embalagens reutilizáveis, permitindo que sejam preenchidos por produtos de marcas concorrentes.

62. SOBRE O REGIME JURÍDICO DA ENERGIA ELÉTRICA É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () Como os potenciais de energia hidráulica são bens da União, a exploração do aproveitamento energético dos cursos de água independe de autorização, concessão, permissão ou registro dos Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- b) () Como os potenciais de energia elétrica são bens da União (art. 20, VIII, C.F), os recursos arrecadados pelo setor elétrico a título de "royalties" (participação no resultado da operação) e a compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para geração de energia elétrica são destinados, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exclusivamente para a União.
- c) () O aproveitamento do potencial hidráulico de capacidade reduzida (até 1.000 Kw) não dependerá de autorização ou concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, mas deverá ser comunicado à agência para fins de registro. Essa comunicação e registro não eximem o interessado das responsabilidades quanto aos aspectos ambientais e de recursos hídricos.
- d) () Compete à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio de resolução, impor restrições, limites e condições para obtenção de outorga ou transferência de autorização para exploração de potencial de energia hidráulica de capacidade reduzida de até 1.000 Kw. E nos casos de Pequena Central Elétrica (PCH), entre 1.000 e

3.000 Kw, a outorga da concessão será sempre precedida por licitação.

63. AS AGÊNCIAS REGULADORAS FORAM CRIADAS COM A FINALIDADE DE NORMATIZAR OS MERCADOS ECONÔMICOS E EQUILIBRAR AS RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES. COM FUNDAMENTO NA LEI, NA DOCTRINA ESPECIALIZADA E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () A independência das agências reguladoras é mitigada pelo controle de juridicidade prévio exercido pelas suas procuradorias, que são vinculadas à Advocacia-Geral da União; pela possibilidade de reexame "a posteriori" de seus atos pelo Poder Judiciário; pela vinculação de seu poder normativo à lei; e, pelo controle financeiro realizado pelo Tribunal de Contas;
- b) () A autonomia financeira e administrativa das agências se caracterizam pela liberdade de gestão, sendo-lhes permitido arrecadar receitas próprias e organizar suas despesas, sem ingerência dos Poderes Executivo ou Legislativo nos aspectos financeiros e contábeis das despesas relativas às atividades meio e fim;
- c) () O sistema constitucional brasileiro não adota o princípio da deslegalização. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o poder normativo delegado às Agências reguladoras, impedindo-as de editar atos que normatizem obrigações a serem observadas pelos entes que compõem o mercado regulado;
- d) () No plano Federal as agências reguladoras estão previstas no texto constitucional e foram constituídas como autarquias, integrantes da administração direta, vinculadas à Presidência da República, com subordinação hierárquica entre elas e o Ministério competente para tratar da respectiva atividade.

64. COM RELAÇÃO AOS CONTRATOS BANCÁRIOS E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR, A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ SE CONSOLIDOU NO SEGUINTE SENTIDO:

- a) () A existência de cadastro de consumidores com base em notas (*scoring*), de acordo com a probabilidade de inadimplência de cada um, é ilegal e dá ensejo a dano moral;

GRUPO III

b) () A cobrança da comissão de permanência exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual e seu valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato;

c) () As instituições financeiras não respondem objetivamente pelos danos gerados por especialistas em computação (*hackers*) que pratiquem fraudes e delitos no âmbito das operações bancárias;

d) () A simples devolução indevida de cheque é considerada mero aborrecimento da vida civil/comercial e não caracteriza o dano moral indenizável.

65. SOBRE O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL) É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () Para ser considerado originário de um Estado Parte e obter os benefícios aduaneiros do MERCOSUL o produto deve ter a proporção máxima de 49% de materiais importados de terceiros países em relação ao seu valor total;

b) () A Área de Livre Residência acordada em 2009 prevê que os cidadãos nascidos no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai não precisam de visto para transitar entre estes países, podem estabelecer residência por tempo indeterminado e podem trabalhar em qualquer país do MERCOSUL, sem a necessidade de formalidades burocráticas, com os mesmos direitos de um cidadão nacional;

c) () A decisão judicial proferida no Chile não necessita de homologação mediante carta rogatória para ser exequível no Brasil, pois o Protocolo de *Las Leñas* prevê a cooperação e assistência jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa entre os Estados Partes e Associados do MERCOSUL;

d) () No Brasil, o Supremo Tribunal Federal não consagra o princípio monista de recepção plena e aplicabilidade imediata dos tratados e protocolos do MERCOSUL. A jurisprudência do STF adota um posicionamento dualista moderado que prevê a necessidade de procedimento específico de internalização das regras do direito internacional ao ordenamento jurídico brasileiro.

66. SOBRE A RESPONSABILIDADE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ ENTENDE QUE:

a) () Nas obrigações de meio, como o serviço prestado por advogado, o profissional responde objetivamente e o consumidor pode requerer a inversão do ônus da prova;

b) () O consumidor deve ser o contratante do serviço para que possa ser indenizado por consequências de evento danoso que lhe gere prejuízo;

c) () A responsabilidade dos médicos em cirurgias estéticas e dos dentistas em tratamento ortodônticos é objetiva. Eles têm a obrigação de alcançar o resultado estético e funcional acordado com o paciente e não serão responsabilizados se comprovarem que não agiram com negligência, imprudência ou imperícia, ou que o insucesso do tratamento tenha se dado por culpa exclusiva do paciente;

d) () A responsabilidade do gestor de fundo de investimentos pelos prejuízos sofridos por cliente no mercado financeiro é objetiva. Os eventuais danos devem ser indenizados, independente de culpa do gestor.

67. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PREVÊ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO E PELO VÍCIO DO PRODUTO E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CAUSADOR DO DANO EM ALGUNS CASOS. ASSINALE O ITEM CORRETO:

a) () As concessionárias de serviços rodoviários respondem objetivamente pelos prejuízos decorrentes de acidentes provocados pela presença de animais na pista;

b) () O dano causado aos consumidores por defeitos decorrentes de acondicionamento são de responsabilidade exclusiva do fabricante, o qual só não será responsabilizado se provar que não colocou o produto no mercado;

c) () O complexo hospitalar e o médico-cirurgião, chefe da equipe que realiza o ato cirúrgico, respondem solidariamente pelos danos causados ao paciente em decorrência de erro médico cometido pelo médico-anestesista, mesmo que este trabalhe sem vínculo de emprego ou subordinação;

d) () Se o dano for causado por uma peça determinada que foi incorporada ao produto, serão responsáveis: o fabricante, o construtor ou o importador da peça e não o fornecedor do produto final.

68. A LEI 12.529/2011, QUE ESTRUTURA O SISTEMA BRASILEIRO DA CONCORRÊNCIA, INOVOU O DIREITO ANTITRUSTE BRASILEIRO AO PREVER QUE:

a) () O conceito de mercado relevante para verificação do abuso de poder econômico passou a ser definido objetivamente pela dimensão geográfica e territorial onde o produto ou serviço é vendido ou prestado.

GRUPO III

b) () Serão submetidos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE os atos de concentração econômica entre grupos que detenham conjuntamente mais de 30% do mercado e faturamento bruto anual mínimo de R\$ 100 milhões registrados no último balanço.

c) () O controle dos atos de concentração será prévio, impedindo a criação de fatos consumados que gerem dificuldades econômicas e sociais para o desfazimento do negócio e a sua reversão.

d) () Não há prazo preclusivo para o controle do ato de concentração pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, possibilitando a análise minuciosa de todas as variáveis e condicionantes da operação.

69. COM BASE NA LEI 12.529/2011, QUE REGULA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA PREVENÇÃO, APURAÇÃO E REPRESSÃO DE INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA NO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () O acordo de leniência é celebrado pelo presidente do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica com todas as empresas ou pessoas jurídicas que possam colaborar com as investigações de infrações à ordem econômica;

b) () A Agência Reguladora poderá recorrer ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica contra a decisão da Superintendência-Geral do CADE que aprovar ato de concentração entre empresas que atuem no seu mercado regulado;

c) () No processo administrativo instaurado para prevenção, apuração e repressão de infração à ordem econômica, somente se admite a intervenção de terceiros titulares de direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

d) () O acordo de leniência não impede o oferecimento de denúncia criminal com relação ao agente beneficiário da leniência e nem suspende o curso do prazo prescricional dos crimes contra a ordem econômica e dos demais crimes relacionados à prática de cartel.

70. SOBRE O PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () O fornecedor de produto ou serviço pode ser considerado vulnerável em relação ao consumidor no mercado de consumo;

b) () O princípio da vulnerabilidade do consumidor não está positivado no Código de Defesa do Consumidor, ele é uma construção doutrinária que

foi utilizada pelo Superior Tribunal de Justiça para fundamentar as decisões judiciais favoráveis aos consumidores;

c) () A pessoa jurídica que adquire produtos no mercado de consumo não pode alegar vulnerabilidade técnica;

d) () Nem todo consumidor é hipossuficiente, mas sempre será vulnerável. A hipossuficiência é auferida casuisticamente e gera consequências processuais, já a vulnerabilidade é presumida e produz consequências de direito material.

71. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

I - A dívida condominial constitui uma obrigação *propter rem*, cuja prestação não deriva da vontade do devedor, mas de sua condição de titular do direito real.

II - O dever de pagar pelo serviço de fornecimento de água tem a natureza jurídica de obrigação *propter rem*, uma vez que se vincula à titularidade do bem.

III - A necessidade de reparação integral da lesão causada ao meio ambiente permite a cumulação de obrigações de fazer, não fazer e indenizar, que têm natureza *propter rem*.

IV - As contribuições criadas por Associações de Moradores podem ser equiparadas, para fins de direito, a despesas condominiais, tendo a dívida natureza *propter rem*.

Das proposições acima:

a) () I e II são corretas;

b) () I e III são corretas;

c) () I e IV são corretas;

d) () Todas são corretas.

72. PELOS PRINCÍPIOS QUE REGEM OS TÍTULOS DE CRÉDITO É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () Caso comprovada a má-fé do emitente do título, ou de um dos portadores precedentes, pode o devedor opor ao atual portador as exceções fundadas em relação pessoal com qualquer daqueles.

b) () O devedor nada pode opor ao portador do título de crédito relativamente às relações pessoais com os portadores precedentes ou mesmo com o emitente do título, salvo se o portador estiver de má-fé.

GRUPO III

c) () O devedor não pode ser forçado a "pagar de novo" o crédito quitado perante o credor, ainda que tenha sido cientificado por terceiro acerca da penhora do crédito ou de sua impugnação.

d) () Se existir vício no negócio jurídico que ensejou a obrigação, é possível sempre investigar-se sua causa subjacente, porque a autonomia e a abstração dos títulos de crédito não são absolutas.

73. RELATIVAMENTE ÀS RESTRIÇÕES QUE PODE SOFRER A LEGÍTIMA:

a) () O testador, segundo o Código Civil de 2002, não pode estabelecer cláusula de impenhorabilidade, incomunicabilidade e inalienabilidade.

b) () Em relação à cláusula de inalienabilidade, não são ineficazes o penhor e a hipoteca, uma vez que não implicam na alienação do bem, mas apenas em garantia ao credor.

c) () A cláusula da inalienabilidade implica necessariamente na incomunicabilidade, não se podendo presumi-la se não vier expressa em testamento.

d) () Havendo justa causa, o testador pode estabelecer cláusula de inalienabilidade se considerar que o herdeiro é um perdulário e que poderá dissipar seus bens.

74. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A ordem legal de nomeação do curador de interdito tem caráter absoluto.

b) () O mútuo feneratício não é mais contemplado no sistema jurídico brasileiro.

c) () Os bens acessórios são objetos corpóreos que podem ou não seguir o bem principal.

d) () A reserva mental ilícita, conhecida do declaratório, equipara-se, quanto aos efeitos, à simulação.

75. COM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA LEGAL DA PESSOA JURÍDICA:

I - O sindicato passa a existir com o registro de seu estatuto, sendo necessária prévia autorização da assembleia para atuar no interesse dos associados.

II - A sociedade de advogados adquire personalidade com o registro dos atos constitutivos, aprovado no Conselho Seccional da OAB.

III - O registro de sociedade cooperativa só deve ser concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

IV - A sociedade mercantil e a sociedade simples têm por objeto o exercício de atividade própria de empresário e se formalizam através do registro.

Das afirmativas acima:

a) () I e II estão corretas.

b) () I e III estão corretas.

c) () II e III estão corretas.

d) () II e IV estão corretas.

76. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O direito de passagem forçada não comporta oposição do vizinho, cabendo ao juiz fixar o rumo da passagem de forma mais cômoda e menos onerosa para as partes.

b) () O proprietário do prédio inferior é obrigado a receber as águas naturais e as impróprias provenientes de nascente existente no prédio superior.

c) () O proprietário de prédio urbano ou rural não pode levantar edificações nem abrir janelas a menos de um metro e meio da propriedade vizinha.

d) () O vizinho sempre deve contribuir para as despesas de construção de muro divisório entre as propriedades, independentemente de sua necessidade.

77. MESMO SABENDO QUE PAULO ENCONTRAVA-SE ALCOOLIZADO, GABRIELA PEDIU-LHE QUE CONDUZISSE SUA IRMÃ À FARMÁCIA, EMPRESTANDO-LHE, PARA TANTO, O SEU CARRO. NO TRAJETO, PAULO VEIO A COLIDIR COM OUTRO VEÍCULO, CAUSANDO DANOS MATERIAIS DE MONTA. A CONDUTA DE GABRIELA CONFIGUROU:

a) () Culpa *in vigilando*.

b) () Culpa *in eligendo*.

c) () Culpa *in omittendo*.

d) () Não configurou culpa porque havia um justo motivo.

78. EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS, É CORRETO AFIRMAR QUE:

I - O princípio da exceção de contrato não cumprido não se aplica à compra e venda, pois as obrigações das partes são diversas.

II - Tanto nos contratos instantâneos quanto naqueles de duração a resolução por inexecução recoloca as partes no estado anterior.

III - O formalismo é a regra geral dos contratos, mas as partes não podem, por vontade própria, determinar que ele se converta em solene.

IV - O contrato preliminar ou pré-contrato goza de todos os requisitos de um contrato, pois é uma fase da contratação.

Das afirmativas acima:

- a) () I e II estão corretas.
 b) () II e III estão corretas.
 c) () II e IV estão corretas.
 d) () I e IV estão corretas,

79. ARTÊMIO FALECEU DEIXANDO TESTAMENTO PÚBLICO, NO QUAL FEZ INSERIR, COMO ÚNICA DISPOSIÇÃO, QUE TODOS OS BENS IMÓVEIS DEIXADOS AOS FILHOS DEVERIAM SER GRAVADOS COM CLÁUSULA DE INCOMUNICABILIDADE. COM O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO CIVIL, PASSOU A SER EXIGIDA DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A EFICÁCIA DA ALUDIDA RESTRIÇÃO, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO, A CONTAR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO. O TESTADOR VEIO A FALECER EM 2004, NÃO TENDO REALIZADO QUALQUER ADITAMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DE ÚLTIMA VONTADE. NESTE CASO, ENTENDE O STJ:

- a) () O testamento tornou-se inválido e o testamentário não fará jus ao pagamento do prêmio.
 b) () O testamento é válido, mesmo que Artêmio não o tenha aditado no prazo previsto.
 c) () O testamento tornou-se inválido, mas o testamentário deve receber o prêmio.
 d) () O testamento é válido, mas a cláusula de incomunicabilidade tornou-se ineficaz.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () O pai, na administração dos bens do filho incapaz, não pode aliená-los sem autorização judicial, podendo, entretanto, gravá-los.

b) () O erro *in substancia* exige que a quantidade pretendida seja o motivo determinante do ato praticado.

c) () Nos direitos de personalidade puros e nas relações de família não se admite a aposição de termo.

d) () É possível a renúncia antecipada à prescrição sempre que o titular puder desistir antecipadamente do direito.

81. EM RELAÇÃO À ARBITRAGEM, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () Há possibilidade de controle judicial, inclusive para rediscutir o decidido;
 b) () Os árbitros são equiparados aos servidores públicos para efeitos penais;
 c) () A sentença arbitral trata-se de um título executivo extrajudicial;
 d) () É possível ser imposta compulsoriamente em qualquer contrato.

82. LEIA ATENTAMENTE OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I - Considera-se válida a citação quando, encaminhada ao endereço da pessoa jurídica, for recebida por quem se apresenta como representante da empresa, sem ressalvas quanto à inexistência de poderes de representação em juízo.

II - Em nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade, admite-se o recebimento, como embargos declaratórios, de agravo regimental interposto contra decisão monocrática do relator, quando manifesto o seu caráter infringencial.

III - O tempo transcorrido até a citação do réu, nas ações de improbidade, justifica o acolhimento da arguição de prescrição, uma vez que o ajuizamento da ação, por si só, à luz do princípio da *actio nata*, não tem o condão de interrompê-la.

IV - O princípio da boa-fé objetiva proíbe que a parte assuma comportamentos contraditórios no desenvolvimento da relação processual, o que resulta na vedação do *venire contra factum proprium*, aplicável também ao direito processual.

Considerando o atual entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça:

- a) () I e II estão corretas;
 b) () I, II e III estão corretas;
 c) () I e IV estão corretas;
 d) () I, III e IV estão corretas.

83. É CORRETO AFIRMAR QUE:

I - Nas ações constitutivas, relacionadas aos denominados direitos potestativos, os efeitos da decisão proferida sempre operam *ex nunc*, face à inexistência de inadimplemento ou de lesão.

II - Após o término do processo, surge a coisa julgada material e a decisão judicial somente poderá ser desfeita por meio da ação rescisória, cujo prazo prescricional é de dois anos.

III - A preclusão lógica, segundo a moderna doutrina, está intimamente ligada ao *nemo potest venire contra factum proprium* e incide sobre o comportamento contraditório.

IV - No caso da ação declaratória do art. 4º, parágrafo único, do CPC, existe prescrição, mas o despacho inicial não a interrompe, já que não há pretensão à efetivação.

Das proposições acima:

- a) () I e III estão corretas;
 b) () II e IV estão corretas;
 c) () III e IV estão corretas;
 d) () I e II estão corretas.

84. EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, INTERPOSTO COM BASE NA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () A ausência de cotejo analítico entre as decisões confrontadas faz incidir, por extensão, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

b) () Não há falar em violação ao art. 535 do CPC quando o acórdão impugnado tratou, de forma fundamentada, de toda a temática necessária ao deslinde da controvérsia.

c) () A pretensão de análise do contexto fático-probatório faz incidir o enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

d) () Não é passível de apreciação a suposta violação de dispositivo constitucional porque se trata de matéria reservada ao Supremo Tribunal Federal.

85. O MINISTÉRIO PÚBLICO AJUIZOU AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONTRA O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACUTAIA E SEU SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO POR DESVIO DE VERBAS FEDERAIS, DESTINADAS AO CUSTEIO DE MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR. COM BASE NO ART. 7º DA LIA, FOI POSTULADA A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DOS RÉUS. EM HIPÓTESES COMO A**PRESENTE, ENTENDE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE:**

I - A indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao erário, estando o *periculum in mora* implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição Federal.

II - Só a presença do prejuízo ao erário, ainda que elevado, e dos atos de improbidade não bastam ao deferimento da indisponibilidade de bens, pois de tal não se pode ter como implícito o *periculum in mora*.

III - A decretação de indisponibilidade dos bens não está condicionada à comprovação de dilapidação efetiva ou iminente de patrimônio, porquanto visa, justamente, a evitar a dilapidação patrimonial.

IV - O decreto de indisponibilidade de bens em ação civil pública por ato de improbidade administrativa não dispensa a comprovação de dilapidação iminente ou efetiva do patrimônio dos réus, mesmo havendo indícios da prática do ato ímprobo.

Das proposições acima:

- a) () I e III estão corretas.
 b) () II e IV estão corretas.
 c) () I e IV estão corretas.
 d) () II e III estão corretas.

86. CONSTITUEM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS IMPLÍCITOS:

a) () A boa-fé processual, a efetividade e a paridade de armas.

b) () A boa-fé processual, a efetividade e a eficiência.

c) () A boa-fé processual, a efetividade e a adequação.

d) () A boa-fé processual, a efetividade e a publicidade.

87. LEIA ATENTAMENTE OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I - Por ser a guarda de semoventes excessivamente dispendiosa, pode o depositário recusar o encargo imposto, sendo seu dever comunicar ao juízo as hipóteses de perecimento ou impossibilidade de entrega do bem, em virtude de caso fortuito ou força maior.

GRUPO III

II - O erro de cálculo passível de correção, segundo os ditames do art. 463, I, do CPC, é aquele decorrente de inexatidão aritmética, que não se confunde com a aplicação de um ou outro critério de correção monetária e de juros de mora.

III - Não se admite a cominação de astreinte contra a fazenda pública, para obrigar o INCRA a providenciar a escrituração de Títulos da Dívida Agrária para o pagamento de indenização, pactuada em decorrência de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária.

IV - Não gera presunção absoluta (*jure et de jure*) de fraude à execução a simples alienação ou oneração de bens ou rendas pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, aplicando-se às execuções fiscais o tratamento dado às fraudes civis.

Considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) () I e III estão corretas.
- b) () I e IV estão corretas.
- c) () II e III estão corretas.
- d) () I e II estão corretas.

88. EM SE TRATANDO DE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () Sua competência recursal é sempre extraordinária.
- b) () Admite o reexame de prova mas não dispensa o prequestionamento.
- c) () É admissível apenas quando a decisão julgue improcedente o pedido.
- d) () Da decisão que o inadmitte na origem cabe agravo para a Corte Superior.

89. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Com a prolação da sentença e seu trânsito em julgado, é entendimento do STJ que a ausência de citação, em ação de nunciação de obra nova, dá ensejo ao ajuizamento de ação rescisória, para desconstituir o julgado, nos termos do art. 485 do CPC.
- b) () Consoante entendimento do STJ, o prosseguimento da ação de improbidade administrativa independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 21, II, da Lei 8429/92.

c) () É entendimento sumulado do STJ que, à míngua de qualquer prova documental, a prova exclusivamente testemunhal revela-se suficiente à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário,

d) () Consoante a nova sistemática do processo satisfativo, introduzida pelas Leis 11.232/2005 e 11.382/2006, a defesa do executado, seja por meio de impugnação do cumprimento da sentença (art. 475-M), ou embargos à execução do título (art. 739-A), tem ordinariamente efeito suspensivo,

90. EM RELAÇÃO À COMPETÊNCIA, É ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ:

I - A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado no âmbito penal e nos crimes de responsabilidade.

II - Pressupõe-se a configuração do conflito positivo na hipótese em que, mesmo sem haver qualquer dos juízos se declarado competente para apreciar a causa em curso perante o outro, exsurge a prática de atos que denotem implicitamente o reconhecimento de sua competência.

III - A execução fiscal não se suspende com o deferimento da recuperação judicial; todavia, fica definida a competência do Juízo universal para dar seguimento aos atos constritivos ou de alienação de bens.

IV - O ajuizamento de medida cautelar, no âmbito do STJ, depende da instauração da sua competência jurisdicional, o que verificar-se-á, via de regra, após a prolação do acórdão recorrido, a interposição do recurso especial e a prolação do juízo positivo de admissibilidade na origem.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) () Somente as de números I e III estão corretas.
- b) () Apenas estão corretas as de números II e IV.
- c) () Todas estão corretas.
- d) () Estão corretas as de números I, II e III.

GRUPO IV

DIREITO PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

91. NA DISCUSSÃO SOBRE CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () O concurso de normas penais se confunde com a sucessão de leis ou normas penais;
- b) () A teoria da consunção por uma relação de meio a fim não se compatibiliza com a agravante do art. 61, II, b, do Cód. Penal;
- c) () É indispensável para o tipo do art. 89 da Lei de Licitações que o agente se utilize de documento ideologicamente falso;
- d) () São requisitos da consunção a unidade de agente e a pluralidade de normas aparentemente incidentes sobre uma determinada situação de fato, abranja ou não essa situação pluralidade de condutas.

92. EM TEMA DE SANÇÕES PENAIS ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA, CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DO STF:

- a) () Admite-se a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- b) () Impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial;
- c) () A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada;
- d) () A imposição de regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

93. TENDO EM VISTA CONVENÇÕES INTERNACIONAIS ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () O art. 231 do Cód. Penal amplia a norma do Protocolo de Palermo porque considera o exercício voluntário da prostituição como forma de exploração sexual;
- b) () A servidão por dívidas é o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato de liquidação

da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida;

- c) () Todos os atos considerados de corrupção já estão tipificados na lei penal brasileira;
- d) () A expressão “trabalho forçado ou obrigatório” não compreende qualquer trabalho ou serviço exigido de uma pessoa em decorrência de condenação judiciária, contanto que o mesmo trabalho ou serviço seja executado sob fiscalização e o controle de uma autoridade pública e que a pessoa não seja contratada por particulares, por empresas ou associações, ou posta à sua disposição.

94. EM TEMA DE SANÇÕES PENAIS ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA, CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DO STJ:

- a) () É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.
- b) () Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.
- c) () É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) com condição especial ao regime aberto.
- d) () A falta grave interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional.

95. QUANTO AO TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () A capacidade para influenciar o funcionário público é irrelevante;
- b) () A pena é aumentada de metade se o funcionário público cede à influência de outrem;
- c) () Sujeito ativo é qualquer pessoa, inclusive um funcionário público;
- d) () É crime menos grave do que o de exploração de prestígio.

96. NO TEMA DE CORRUPÇÃO ATIVA A ALTERNATIVA CORRETA É:

- a) () Pouco importa se o ato a ser praticado pelo funcionário público seja legal ou ilegal;

GRUPO IV

b) () A tentativa ocorrerá se, por circunstâncias alheias à vontade do agente, não chegar ao conhecimento do funcionário;

c) () Tentativa ocorrerá se o funcionário não retardar ou omitir ato de ofício ou não praticá-lo infringindo dever funcional;

d) () Incide o aumento mesmo se, por causa da promessa, o funcionário praticar o ato de acordo com as normas incidentes.

97. ACERCA DA CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 CAPUT) ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Embora possa ser praticada antes mesmo de o agente assumir função pública, mas em razão dela, deve ficar demonstrado que o acusado iria, efetivamente, assumi-la, ainda que transitoriamente;

b) () A aceitação da promessa pode ser feita através de outra pessoa, funcionário ou não;

c) () A vantagem indevida há de ser de natureza econômica ou patrimonial;

d) () A solicitação, recebimento ou promessa de vantagem deve ocorrer antes da prática do ato funcional.

98. TRATANDO-SE DE ESTELIONATO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Decisões recentes do Supremo Tribunal Federal têm afirmado que o estelionato contra a previdência, quando praticado em proveito próprio, é crime permanente;

b) () O termo inicial do prazo prescricional no estelionato contra a previdência cometido em proveito próprio é o dia do protocolo do requerimento do benefício;

c) () O estelionato contra a previdência é crime contra a administração pública;

d) () No estelionato contra a previdência, sujeito passivo é, sempre, o beneficiário, mesmo que conhecendo ilicitudes cometidas pelo intermediário.

99. NO TEMA DO PECULATO-DESVIO DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO ASSINALE A CORRETA:

a) () Basta a ocupação de fato do cargo público;

b) () O funcionário público tem a disponibilidade jurídica do bem e o desvia em

proveito próprio e alheio, por exemplo, mediante documentos falsos;

c) () Incabível a imputação de concurso material com o crime de lavagem de dinheiro;

d) () O funcionário público, não tendo a posse do dinheiro, se aproveita de facilidades do cargo, para permitir que terceiro obtenha proveito.

100. TENDO EM VISTA DECISÃO RECENTE DO STF EM MATÉRIA DE PRESCRIÇÃO, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () É constitucional o art. 110, § 1º, do CP na redação dada pela Lei n. 12.234, de 2010;

b) () A diferença entre a prescrição retroativa e a intercorrente reside no fato de esta ocorrer entre a publicação da sentença condenatória e o trânsito em julgado para a defesa; e aquela é contada da publicação da decisão condenatória para trás;

c) () A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, é regulada pela pena aplicada, e não pode ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

d) () Só podem ser considerados imprescritíveis os crimes assim declarados na Constituição de 1988.

101. TRATANDO-SE DE MOEDA FALSA, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato;

b) () Fabricar petrechos para falsificação de moeda é crime mais grave do que fabricar papel-moeda falso;

c) () A emissão de título ao portador sem permissão legal constitui infração de menor potencial ofensivo;

d) () Ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal já consolidaram o entendimento de que é inaplicável o princípio da insignificância aos crimes de moeda falsa, em que objeto de tutela da norma a fé pública e a credibilidade do sistema financeiro, não sendo determinante para a tipicidade o valor posto em circulação.

GRUPO IV

102. SOBRE DENUNCIÇÃO CALUNIOSA ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () A jurisprudência do STF é no sentido de que a configuração do tipo incriminador em causa exige dolo direto quanto ao conhecimento, por parte do(a) acusado(a), da inocência do representado(a), de modo que a presença de dolo eventual é insuficiente;
- b) () O art. 19 da Lei n 8.429, de 1992, é incompatível com a redação do art. 339 do Cód. Penal determinada pela Lei n 10.028, de 2000;
- c) () Denúncia anônima e denúncia apócrifa são sinônimos;
- d) () A denúncia caluniosa admite exceção da verdade.

103. NO TEMA DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () A não ocorrência de prejuízo descaracteriza a conduta típica de falsidade ideológica;
- b) () O candidato que, ao prestar contas à Justiça Eleitoral, declara ter recebido doação que de fato não ocorreu incide em tese no art. 299 do Cód. Penal;
- c) () O contrato social é equiparado a documento público;
- d) () Excepcionalmente, a ausência de anotação na carteira de trabalho não configura o crime do art. 297, §4º, do Cód. Penal.

104. EM MATÉRIA DE CRIMES DE DESCAMINHO E DE CONTRABANDO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () O crime de descaminho tem a mesma gravidade do crime de contrabando;
- b) () O crime de contrabando praticado em transporte aéreo tem pena máxima de 10 anos;
- c) () O crime de descaminho não tem aumento de pena por tráfico marítimo ou fluvial;
- d) () A saída de mercadorias de Zona Franca sem autorização é crime de descaminho.

105. NA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA A ALTERNATIVA CORRETA É:

- a) () Quando armada, tem a pena cominada de 2 a 6 anos de reclusão;

b) () Quando dela participa criança ou adolescente tem a pena máxima cominada em 4 anos e 6 meses;

c) () Quando simples, não admite a suspensão condicional do processo.

d) () É crime permanente.

106. NO QUE SE REFERE À LEI N. 9.099/95, ANALISE AS ASSERTIVAS ABAIXO:

I - Não é inválida a imposição, como condição para a suspensão condicional do processo, de prestação de serviços ou prestação pecuniária, desde que adequadas ao fato e à situação do acusado, bem assim fixadas em patamares distantes das penas decorrentes de eventual condenação.

II - Diferentemente da suspensão condicional do processo, a homologação da transação (art. 76, Lei 9.099/95) faz coisa julgada material, sendo vedado ulteriormente retomar a ação penal em caso de descumprimento do avençado.

III - É entendimento do Supremo Tribunal Federal de que, havendo condenação criminal, é impossível a aplicação retroativa da suspensão do processo (art. 89, Lei 9.099/95)

IV - O prazo para a interposição dos embargos de declaração é de cinco dias.

Ante as assertivas acima, é *correto* afirmar que:

a) () Apenas as assertivas I, III e IV estão integralmente corretas;

b) () Apenas as assertivas I e IV estão integralmente corretas;

c) () Estão incorretas as assertivas II, III e IV;

d) () Nenhuma das respostas.

107. EM RELAÇÃO ÀS PROVAS NO PROCESSO PENAL:

I - É lícita a realização de busca e apreensão em escritório de advocacia quando os fatos que justificam a medida estão lastreados em indícios de autoria e materialidade da prática de crime também de parte do advogado.

II - Deferida a busca e apreensão por Juiz Federal em relação a fatos de competência da Justiça Federal, a apreensão fortuita de outras provas quanto a delito de competência estadual enseja o reconhecimento da conexão probatória, com consequente competência federal para apuração de ambos os delitos, incidindo ao caso a Súmula 122, STJ.

GRUPO IV

III - É lícita a gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, podendo ela ser utilizada como prova em processo judicial.

IV - O Supremo Tribunal Federal modificou sua jurisprudência e, atualmente, como condição de validade da prova, exige a transcrição integral dos diálogos gravados em interceptação telefônica.

Diante do exposto acima, é devido afirmar que:

- a) () Apenas a assertiva IV está incorreta, sendo as demais corretas;
- b) () Apenas a assertiva III está correta, sendo as demais incorretas;
- c) () As assertivas II e IV estão incorretas e as assertivas I e III estão corretas;
- d) () Nenhuma das respostas.

108. ASSINALE A ALTERNATIVA INTEGRALMENTE CORRETA:

I - Formulado o pedido judicial de arquivamento pelo Ministério Público Federal a partir de notícia criminal trazida a seu conhecimento por terceira pessoa, é possível o ajuizamento de ação penal subsidiária da pública pelos mesmos fatos enquanto não houver decisão judicial a respeito da manifestação de arquivamento. Após a decisão judicial, resta inviável a ação penal subsidiária.

II - É correto afirmar que a eventual ausência de acusação em detrimento de determinada pessoa ou por determinado fato não implica seja tido o ato como implícito pleito de arquivamento, pois, em matéria de ação penal pública, reclama-se o expresse pedido de arquivamento formulado pelo titular da ação penal.

III - O instituto do *venire contra factum proprium* não é admitido pela jurisprudência no âmbito do processo penal brasileiro.

IV - No inquérito policial, há se atentar tanto para o princípio da ampla defesa, nos moldes da Súmula Vinculante n. 14, STF, bem como ao contraditório. E, quanto a este, não há se falar na sua incidência em prol do Ministério Público na ação penal, pois se trata de princípio garantista destinado à defesa.

Diante das assertivas acima, é devido afirmar que:

- a) () Apenas a assertiva II está correta e as demais estão incorretas;
- b) () Apenas as assertivas I e II estão corretas e as demais incorretas;

c) () As assertivas II, III e IV estão corretas e a assertiva I está incorreta;

d) () Nenhuma das respostas.

109. EM MATÉRIA DE RECURSOS NO PROCESSO PENAL:

I - O recurso, mesmo intempestivo, tem o condão de impedir o trânsito em julgado da condenação penal, dependendo, para tanto, a confirmação da extemporaneidade da irresignação pelo tribunal recorrido.

II - Apreciando recurso exclusivamente da defesa, que pugna com base em inúmeros fundamentos a absolvição do réu, é indubitoso afirmar que há violação do princípio da *reformatio in pejus* pela circunstância de o tribunal, negando provimento à irresignação, manter a condenação imposta, porém por fundamentos diversos dos existentes na sentença.

III - "X", servidor público federal, foi condenado pelo juiz federal de primeiro grau em razão de ter cometido os delitos de corrupção passiva e lavagem de dinheiro a penas privativas de liberdade que, somadas, totalizaram 11 anos de reclusão em regime inicial fechado, além de multa. Intimados regularmente da sentença condenatória, o réu e seu advogado constituído, foi interposto o recurso de apelação pela defesa um dia após esgotado o prazo legal. Reconhecendo a intempestividade (fato em relação ao qual não há nenhuma dúvida), o juízo monocrático não admitiu o recurso. Inconformado com o ato, "X", por intermédio de seu defensor, interpôs tempestivos embargos de declaração ante a não admissão do apelo. Julgados improcedentes, interpôs novos e tempestivos embargos de declaração, sustentando que não foram enfrentados os temas suscitados nos primeiros embargos. Foram novamente improvidos, quando então o réu interpôs recurso em sentido estrito, pugnando o processamento da apelação. Neste caso, é correto o Procurador da República postular ao Juízo a imediata execução da pena, não sendo necessário esperar o julgamento do recurso em sentido estrito pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

IV - Rejeitada denúncia apresentada em primeiro grau, e não sendo ela hipótese de nulidade, o acórdão do Tribunal Regional Federal que dá provimento ao recurso contra a rejeição vale, desde logo, pelo recebimento dela. Entretanto, admitido o recurso especial interposto regularmente pela defesa da decisão do tribunal, é indevido como regra o requerimento de imediata baixa dos autos para processamento da ação penal, devendo-se aguardar a solução a ser proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Está correto dizer que:

- a) () Apenas a assertiva III está integralmente correta;
- b) () Apenas as assertivas I e II estão incorretas;
- c) () Todas as assertivas estão incorretas;
- d) () Nenhuma das alternativas.

110. NO QUE TANGE À COMPETÊNCIA NO PROCESSO PENAL, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () A Justiça Militar é competente para julgar crime de homicídio praticado por militar em serviço contra militar reformado.
- b) () O delito de deixar de comunicar óbito de pensionista militar e a ulterior apropriação indevida da pensão até então auferida é de competência da Justiça Federal, pois se trata de crime praticado contra a União.
- c) () Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a prática do crime previsto no art. 297, § 4º, do CP, viola interesse da União, sendo da Justiça Federal a competência para processar e julgar a respectiva ação penal, nos termos do art. 109, IV, da CF/88.
- d) () É de competência da Justiça Estadual o julgamento de contravenções penais mesmo que conexas com crimes de competência da Justiça Federal de primeiro grau.

111. ANALISE AS ASSERTIVAS ABAIXO:

I - "A" é preso em flagrante por tráfico internacional de drogas (importação e transporte de 100kg de cocaína oriunda do Paraguai, acondicionada em fundo falso de uma caminhonete) e, no mesmo momento, é encontrada em sua posse, sob o banco do motorista uma arma sem a devida autorização para porte (mas não usada em nenhum momento pelo preso), caracterizada estará, por esta circunstância, no caso concreto, a competência da Justiça Federal para o julgamento de ambos os delitos, presente a conexão probatória (Súmula 122, STJ).

II - Recebida a denúncia contra "A" por crimes de tráfico internacional de entorpecentes conexo com moeda falsa, após a instrução, estando conclusos os autos para sentença, o Juiz Federal se convence que não há provas da internacionalidade do tráfico, desclassificando a conduta para tráfico interno de entorpecentes. Neste caso, achando que não há provas suficientes da autoria do delito de moeda falsa, cuja materialidade é indiscutível, deverá ele,

necessariamente, julgar o mérito de ambos os crimes, proferindo sentença quanto ao mérito inclusive no que se refere ao delito desclassificado.

III - É entendimento do Supremo Tribunal Federal que, presente a usurpação de sua competência, porque indevidamente investigado também um parlamentar federal em primeiro grau e presente a coautoria em tese dos demais envolvidos, o provimento da reclamação ajuizada pelo parlamentar não autoriza o deferimento do pedido de extensão de nulidade formulado pelos advogados dos demais investigados.

IV - A jurisprudência vigente admite a invocação da boa-fé objetiva no que tange à atuação das partes no processo penal.

Pode-se afirmar que:

- a) () As assertivas I, II e IV estão erradas e a assertiva III está correta.
- b) () As assertivas II e III estão erradas e as assertivas I e IV estão corretas.
- c) () Todas as assertivas estão corretas.
- d) () A assertiva I está errada e as assertivas II, III e IV estão corretas.

112. EM RELAÇÃO ÀS NULIDADES NO PROCESSO PENAL:

I - É integralmente correto afirmar que informações obtidas em interceptação de conversas telefônicas, mediante prévia autorização judicial para prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usadas em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma pessoa em relação às quais foram colhidas ou até mesmo contra outros envolvidos também servidores públicos cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessas provas na seara criminal, desde que autorizado o compartilhamento pelo juiz criminal, sendo improcedente a alegação de nulidade por estas circunstâncias.

II - É entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de regra, tanto nos casos de nulidade relativa quanto nos casos de nulidade absoluta, o reconhecimento de vício que enseje a anulação do ato processual exige a demonstração efetiva do prejuízo ao acusado, presente o disposto no art. 563, CPP.

III - Mesmo na presença de seu advogado constituído e que acompanhou todos os detalhes do interrogatório, não fazendo nenhuma objeção ao que questionado, é automaticamente nula a oitiva de investigado que no início do ato não foi advertido formalmente do direito ao silêncio (*nemo tenetur se detegere*).

GRUPO IV

IV - Não há se falar em nulidade em ato proferido pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, que, a partir de seus poderes instrutórios, determinam indisponibilidade de bens, se demonstrado que é essencial para a eficácia da investigação que está sendo realizada.

Pode-se afirmar que:

- a) () As assertivas I e II estão corretas e as assertivas III e IV estão incorretas;
- b) () As assertivas I e II estão incorretas e as assertivas III e IV estão corretas;
- c) () Todas estão incorretas;
- d) () Nenhuma das respostas.

113. SOBRE PRISÕES NO PROCESSO PENAL:

I - Nos termos do § 2.º do art. 387 do Código de Processo Penal, o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil e inclusive no estrangeiro, será necessariamente computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

II - Uma vez fixada a fiança pela autoridade competente e devidamente recolhida em benefício do preso, não é vedado ulteriormente haver imposição de reforço do valor da fiança.

III - Segundo preconizado pela legislação processual penal vigente, o eventual descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão e que foram impostas como condição para a concessão da liberdade já deferida constitui motivação idônea para justificar o pedido do Ministério Público para que seja indeferido o direito do réu a recorrer em liberdade acaso proferida sentença condenatória.

IV - O Supremo Tribunal Federal tem sua jurisprudência no sentido de não ser nula a decisão do juiz de primeiro grau que, incorporando *per relationem* as razões declinadas pelo Ministério Público em sua manifestação, defere pedido de prisão preventiva de réu em processo penal.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- b) () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- c) () Todas as assertivas estão corretas;
- d) () Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

114. NO QUE DIZ RESPEITO A DENÚNCIAS NO PROCESSO PENAL:

I - É entendimento atual no Supremo Tribunal Federal que, nos crimes ambientais, para ser admitida a denúncia oferecida contra pessoa jurídica não é essencial a concomitante imputação dos fatos correlatos às pessoas físicas em tese responsáveis no âmbito da empresa.

II - Praticado crime de sonegação fiscal previsto no art. 1º, III, da Lei n. 8.137/90 por "A", "B" e "C", no âmbito da empresa "X", da qual são todos sócios administradores, em que estão presentes todos os demais pressupostos processuais exigidos pelo art. 41, CPP, a eventual exclusão, por ilegitimidade passiva, dos três administradores do polo passivo de correlata execução fiscal no âmbito cível enseja reclamação no Supremo Tribunal Federal por violação da Súmula Vinculante n. 24, STF.

III - A denúncia por crime de lavagem de dinheiro será da competência da Justiça Federal quando praticado contra o sistema financeiro ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ou ainda, quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

IV - Se o Tribunal de Contas aprovar as contas a ele submetidas haverá óbice a eventual denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público em relação aos fatos apurados, inviabilizando a propositura de ação penal mesmo se houver o entendimento do Ministério Público de que estão presentes a autoria e a materialidade.

Pode-se afirmar que:

- a) () Todas as assertivas estão incorretas;
- b) () Estão corretas apenas as assertivas I e III;
- c) () Estão corretas apenas as assertivas II e III;
- d) () Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

115. ANTE AS AFIRMATIVAS ABAIXO:

I - É integralmente correto afirmar que, nos procedimentos sumário e ordinário, o juiz pode absolver sumariamente o réu se verificar: a existência de manifesta causa que exclui a ilicitude do fato; a existência de manifesta causa que exclua a culpabilidade, salvo a inimizabilidade; que não há provas do crime ou que o fato não constitui crime; e quando extingue a punibilidade do agente.

II - Julgada procedente ação penal por juiz federal de primeiro grau, condenando "Y" por crimes previstos na Lei n. 8.666, houve a interposição de embargos de declaração pela defesa. Dois dias depois da

interposição do recurso, o réu foi diplomado deputado federal. Neste caso, é correto dizer que deverá o juiz de primeiro grau julgar os embargos de declaração integrativos à sentença.

III - É integralmente correto dizer em contrarrazões do Ministério Público Federal em primeiro grau ao novo apelo da defesa que o Juízo de primeiro grau não está circunscrito ao reexame dos motivos da sentença anulada, detendo competência para reexaminar a causa à luz da nova instrução criminal, podendo, para manter a mesma pena da sentença penal anulada, substituir por outras as circunstâncias judiciais ou legais de exasperação a que a decisão anulada tenha relevado.

IV - Interposto recurso extraordinário pela defesa contra decisão proferida no âmbito dos Juizados Especiais em matéria penal, o juiz não admite a irrisignação ante a ausência de requisito legal. Intimados regularmente advogado e réu, com início de prazo no dia 21.10.2014 (terça-feira), a defesa interpõe recurso de agravo no dia 31.10.2014 (dia útil), provando cabalmente no ato de interposição que no décimo dia do prazo (30.10.2014) era feriado na localidade do juízo *ad quem*. Neste caso, é correto afirmar que o recurso é tempestivo, devendo ser processado regularmente.

É correto afirmar que:

- a) () As assertivas I, II e III estão incorretas e a assertiva IV está correta.
- b) () As assertivas II e IV estão incorretas e as assertivas I e III estão corretas;
- c) () As assertivas I e IV estão incorretas e as assertivas II e III estão corretas;
- d) () Nenhuma das respostas acima está correta.

116. ANALISE OS PROBLEMAS ABAIXO DESTACADOS:

I - Apresentada denúncia pelo fato "X" (crime de competência federal), é facultado ao Juiz Federal, após a concomitante manifestação do Ministério Público Federal no sentido de remessa dos autos ao juízo competente quanto ao fato Y (crime estadual), apurados no mesmo feito, determinar ao requerente do declínio o aditamento da denúncia para incluir na peça acusatória também o fato Y em função de indubitável conexão entre ambos, presente o disposto na Súmula 122, STJ.

II - "X", parlamentar federal, foi denunciado pelo Procurador-Geral da República pela prática do delito previsto no art. 317, CP. O Supremo Tribunal Federal recebeu a denúncia, observado o procedimento previsto na Lei n. 8.038. Após a oitiva de duas testemunhas de acusação, na pendência das demais, houve decisão do Congresso Nacional cassando o

mandado do parlamentar. Em razão disso, houve o declínio da competência. Recebidos os autos pelo juiz de primeiro grau, determinou o encaminhamento ao Ministério Público. Neste caso, é necessário o requerimento de ratificação de todos os atos até então realizados para então prosseguir com o regular andamento da ação penal.

III - No curso de investigações que estavam sendo conduzidas em inquérito policial sob supervisão do(a) Procurador(a) da República em primeiro grau, os autos são encaminhados ao Ministério Público para análise da prorrogação da interceptação telefônica já deferida anteriormente. Analisando as interceptações já realizadas, verifica-se a existência de um diálogo entre um dos interceptados com um parlamentar federal, conversa da qual se extrai, naquele momento, a participação do detentor de prerrogativa de foro nas práticas criminosas. Neste caso, é correto dizer que, se preenchidos os requisitos legais, deverá o membro do Ministério Público Federal concordar com a prorrogação da interceptação, mas deverá requerer conjunta e imediatamente a extração de cópias dos autos para envio ao Supremo Tribunal Federal para apuração da eventual responsabilidade do parlamentar federal.

IV - "Y" está sendo processado pela prática do delito de concussão em primeiro grau. Recebida a denúncia e não acolhida a defesa preliminar (em que se postulava a absolvição sumária), o juiz federal determinou o prosseguimento da ação penal. O advogado de "Y" ajuizou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal, defendendo que não haveria justa causa. A ordem foi denegada pelo mérito. Inconformado, interpôs novo *habeas corpus*, agora no Superior Tribunal de Justiça. Concedida a ordem para trancar a ação penal, o subprocurador-Geral da República interpôs recurso extraordinário, que, analisado pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, foi provido para o fim de permitir o regular processamento, do que foi o juízo monocrático informado imediatamente. Desta decisão, dois dias depois, a defesa interpôs novo *habeas corpus*, agora perante o Plenário do Supremo Tribunal Federal, sustentando a mesma tese acolhida anteriormente pelo STJ. Passados seis meses sem que este último *habeas corpus* tenha sido sequer apreciado, não pode o membro do Ministério Público Federal atuante em primeiro grau postular, ao juízo monocrático, a retomada do regular andamento da ação penal.

Analisando as assertivas acima, é correto afirmar que:

- a) () Estão incorretas apenas as assertivas I e III;
- b) () Estão corretas apenas as assertivas I e II;
- c) () Estão incorretas apenas as assertivas II e III;
- d) () Todas as assertivas estão incorretas.

GRUPO IV

117. NO QUE SE REFERE AO JÚRI, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () É correto afirmar que, em grau de apelação interposta em favor do réu, havendo prova inequívoca da utilização incorreta diante das provas dos autos quanto a, exclusivamente, uma qualificadora (emboscada), não pode o tribunal afastar sua incidência para readequar a pena.
- b) () Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.
- c) () Julgada procedente revisão criminal quando constatado indubitavelmente que a decisão tomada pelo Júri foi manifestamente contrária à prova dos autos, o tribunal poderá determinar a submissão do réu a novo julgamento, mas, presentes as mesmas circunstâncias de fato e de direito, a pena imposta no segundo julgamento não poderá ser maior do que a do primeiro júri, presente o princípio da proibição de *reformatio in pejus*.
- d) () Durante o julgamento perante o Plenário do Tribunal do Júri não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com antecedência mínima de três dias úteis, mediante ciência à outra parte.

118. ANALISANDO INQUÉRITO POLICIAL EM QUE SE APURA EVENTUAL PRÁTICA DO FATO CRIMINOSO "X", O PROCURADOR DA REPÚBLICA "A" REQUEREU AO JUIZ FEDERAL O ARQUIVAMENTO POR ENTENDER QUE O FATO NÃO CONFIGURARIA CRIME. DISCORDANDO DO PLEITO DE ARQUIVAMENTO, O JUÍZO A QUO REMETEU OS AUTOS À 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO QUE, POR UNANIMIDADE, DETERMINOU O RETORNO DOS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU E OFERECIMENTO DA DENÚNCIA, REAFIRMANDO EXPRESSAMENTE QUE O FATO "X" É TÍPICO, ANTIJURÍDICO E CULPÁVEL. REDISTRIBUÍDOS AO PROCURADOR DA REPÚBLICA "B", MEDIANTE A OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS E IMPESSOAIS, ASSINALE QUAL A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Na linha de reiteradas manifestações anteriores em outros autos, no sentido de também entender que os fatos similares aos do caso não configuram crime, é lícito ao Procurador da República "B", por esse motivo, não oferecer a denúncia e determinar a redistribuição dos autos a outro membro do *Parquet*;
- b) () Não há óbice para, analisando as provas existentes nos autos e não apreciadas no incidente anterior de remessa para a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, oferecer também denúncia por fato diverso e configurador do crime "Y";

c) () Não pode pedir a realização de diligências complementares para esclarecimento de algum detalhe que entenda relevante para o eventual oferecimento da denúncia.

d) () Nenhuma das alternativas.

119. JUIZ ESTADUAL QUE TENHA COMETIDO DELITO CONTRA OS INTERESSES DA UNIÃO FEDERAL, PRESENTE A HIPÓTESE DO ART. 109, IV, CF/88, É DENUNCIADO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO RESPECTIVO. DOIS DIAS APÓS O RECEBIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA, O MAGISTRADO SE APOSENTA VOLUNTARIAMENTE, QUANDO ENTÃO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DETERMINA A REMESSA DOS AUTOS AO JUIZ ESTADUAL EM PRIMEIRO GRAU, QUE IMEDIATAMENTE RECONHECE SUA INCOMPETÊNCIA E ENVIA OS AUTOS AO JUIZ FEDERAL NA MESMA CIDADE. ENCAMINHADOS OS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM PRIMEIRO GRAU, AO RECEBÊ-LOS, DEVERÁ O MEMBRO DO PARQUET:

- a) () Reconhecer a nulidade dos atos processuais praticados, pois a competência originária para o recebimento da peça acusatória seria do Tribunal Regional Federal respectivo, apresentando, se assim entender, nova denúncia perante o Juiz Federal;
- b) () Por serem absolutamente válidos todos os atos já praticados, com a perda da prerrogativa de foro a competência se transfere para o Juiz Federal que a detém, razão pela qual é hipótese de pedir o regular processamento segundo o rito próprio para o crime em relação ao qual houve a denúncia, cujo recebimento é hígido e não necessita de ratificação;
- c) () Fazer manifestação no sentido da incompetência da Justiça Federal, devendo o Juiz Federal suscitar conflito negativo de competência perante o Superior Tribunal de Justiça;
- d) () Nenhuma das opções acima é correta.

120. NO QUE DIZ RESPEITO ÀS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS:

I - Está integralmente correto dizer que o cumprimento do mandado de busca domiciliar deve compreender todos os locais existentes no imóvel alvo da busca, sendo admissível ainda a apreensão de bens em poder de terceiro e morador do mesmo imóvel em que reside o investigado, desde que interessem às investigações. Porém, nesta hipótese, a execução da medida será válida apenas quando existente indício de liame entre ambos (terceiro e investigado).

II - Em se tratando de pedido de restituição de bens, é obrigatória a oitiva prévia do Ministério Público.

III - Está integralmente correto afirmar que para a decretação do sequestro previsto no art. 125, CPP, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, e que para a decretação da hipoteca legal (art. 134, CPP), que necessariamente deve incidir sobre bens lícitos do requerido, fundamental demonstrar a certeza da infração e indícios suficientes da autoria da prática criminosa.

IV - Está integralmente correto afirmar que as garantias do ressarcimento do dano alcançarão também as multas penais, as despesas processuais e as penas pecuniárias, tendo preferência sobre estas a reparação do dano ao ofendido.

Pode-se afirmar que:

- a) () As assertivas I e IV estão incorretas e as assertivas II e III estão corretas;
- b) () A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas;
- c) () As assertivas I e IV estão corretas e as assertivas II e III estão incorretas;
- d) () Nenhuma das respostas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

28º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República

RASCUNHO DA FOLHA DE RESPOSTA

GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		GRUPO IV	
1	AO BO CO DO EO	31	AO BO CO DO EO	61	AO BO CO DO EO	91	AO BO CO DO EO
2	AO BO CO DO EO	32	AO BO CO DO EO	62	AO BO CO DO EO	92	AO BO CO DO EO
3	AO BO CO DO EO	33	AO BO CO DO EO	63	AO BO CO DO EO	93	AO BO CO DO EO
4	AO BO CO DO EO	34	AO BO CO DO EO	64	AO BO CO DO EO	94	AO BO CO DO EO
5	AO BO CO DO EO	35	AO BO CO DO EO	65	AO BO CO DO EO	95	AO BO CO DO EO
6	AO BO CO DO EO	36	AO BO CO DO EO	66	AO BO CO DO EO	96	AO BO CO DO EO
7	AO BO CO DO EO	37	AO BO CO DO EO	67	AO BO CO DO EO	97	AO BO CO DO EO
8	AO BO CO DO EO	38	AO BO CO DO EO	68	AO BO CO DO EO	98	AO BO CO DO EO
9	AO BO CO DO EO	39	AO BO CO DO EO	69	AO BO CO DO EO	99	AO BO CO DO EO
10	AO BO CO DO EO	40	AO BO CO DO EO	70	AO BO CO DO EO	100	AO BO CO DO EO
11	AO BO CO DO EO	41	AO BO CO DO EO	71	AO BO CO DO EO	101	AO BO CO DO EO
12	AO BO CO DO EO	42	AO BO CO DO EO	72	AO BO CO DO EO	102	AO BO CO DO EO
13	AO BO CO DO EO	43	AO BO CO DO EO	73	AO BO CO DO EO	103	AO BO CO DO EO
14	AO BO CO DO EO	44	AO BO CO DO EO	74	AO BO CO DO EO	104	AO BO CO DO EO
15	AO BO CO DO EO	45	AO BO CO DO EO	75	AO BO CO DO EO	105	AO BO CO DO EO
16	AO BO CO DO EO	46	AO BO CO DO EO	76	AO BO CO DO EO	106	AO BO CO DO EO
17	AO BO CO DO EO	47	AO BO CO DO EO	77	AO BO CO DO EO	107	AO BO CO DO EO
18	AO BO CO DO EO	48	AO BO CO DO EO	78	AO BO CO DO EO	108	AO BO CO DO EO
19	AO BO CO DO EO	49	AO BO CO DO EO	79	AO BO CO DO EO	109	AO BO CO DO EO
20	AO BO CO DO EO	50	AO BO CO DO EO	80	AO BO CO DO EO	110	AO BO CO DO EO
21	AO BO CO DO EO	51	AO BO CO DO EO	81	AO BO CO DO EO	111	AO BO CO DO EO
22	AO BO CO DO EO	52	AO BO CO DO EO	82	AO BO CO DO EO	112	AO BO CO DO EO
23	AO BO CO DO EO	53	AO BO CO DO EO	83	AO BO CO DO EO	113	AO BO CO DO EO
24	AO BO CO DO EO	54	AO BO CO DO EO	84	AO BO CO DO EO	114	AO BO CO DO EO
25	AO BO CO DO EO	55	AO BO CO DO EO	85	AO BO CO DO EO	115	AO BO CO DO EO
26	AO BO CO DO EO	56	AO BO CO DO EO	86	AO BO CO DO EO	116	AO BO CO DO EO
27	AO BO CO DO EO	57	AO BO CO DO EO	87	AO BO CO DO EO	117	AO BO CO DO EO
28	AO BO CO DO EO	58	AO BO CO DO EO	88	AO BO CO DO EO	118	AO BO CO DO EO
29	AO BO CO DO EO	59	AO BO CO DO EO	89	AO BO CO DO EO	119	AO BO CO DO EO
30	AO BO CO DO EO	60	AO BO CO DO EO	90	AO BO CO DO EO	120	AO BO CO DO EO

ESTA FOLHA PODERÁ SER DESTACADA DO CADERNO DE PROVA
E LEVADA PELO CANDIDATO

